

Prospecto da distribuição pública da 3ª série de cotas seniores do **GOAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP**

Valor da oferta pública: R\$ 20.000.0000,00
Classificação Austin Rating para as cotas seniores: "A"
Código ISIN: BRGOAFCTF039

O **FUNDO** foi registrado na CVM sob o número 436-7.

Esta distribuição foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFD/xxxx/xxxxx.

O **FUNDO** foi constituído, por deliberação da Administradora, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. Foi inscrito no CNPJ do MF sob o número 12.610.459/0001-96 e o seu regulamento foi registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo em 17 de setembro de 2010 sob o número 5122670. Classificação ANBIMA do **FUNDO**: FIDC Fomento Mercantil.

O **GOAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP** está ofertando 1 (uma) série de cotas seniores composta de 800 (oitocentas) cotas, no valor cada uma de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), totalizando R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Serão colocadas ainda, privadamente, quantas cotas subordinadas forem necessárias para manter a subordinação prevista no regulamento correspondente a 30% do PL do **FUNDO**. Somente investidores qualificados poderão subscrever e adquirir cotas do **FUNDO**.

Este prospecto foi preparado com as informações necessárias para atender às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especialmente à Instrução CVM número 356, de 17/12/2001, posteriormente alterada pelas Instruções da CVM números 393/03, 435/06, 442/06, 446/06, 458/07, 484/10, 489/11, 498/11 e 510/11.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do **FUNDO**, bem como sobre as cotas a serem emitidas.

Os valores mobiliários objetos desta oferta serão registrados para a oferta primária e negociação secundária na CETIP S.A. Para o pagamento das amortizações ou resgate será considerado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo.

Todo cotista, ao ingressar no **FUNDO**, deve atestar, por meio da assinatura de um termo, que é investidor qualificado, que recebeu um exemplar deste prospecto e do regulamento e que tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento. Os investidores devem ler a seção fatores de risco nas páginas 38 a 42

O **FUNDO** DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA DA CARTEIRA, DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS OU DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO, OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO **FUNDO**, MAS NÃO O SUBSTITUEM. O REGULAMENTO ENCONTRA-SE ANEXADO A ESTE PROSPECTO. RECOMENDA-SE A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO, COMO DO REGULAMENTO E DEMAIS ANEXOS, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA OS ITENS E ARTIGOS RELATIVOS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO **FUNDO**, BEM COMO AS DISPOSIÇÕES QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

A ADMINISTRADORA É RESPONSÁVEL PELA VERACIDADE, CONSISTÊNCIA, QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DAS INFORMAÇÕES, PARA O REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE COTAS, PRESTADAS NESTE PROSPECTO E FORNECIDAS AO MERCADO DURANTE A DISTRIBUIÇÃO.

AS APLICAÇÕES REALIZADAS PELO **FUNDO** APRESENTAM RISCO PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O **FUNDO** E SEUS INVESTIDORES.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTES FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SUA ADMINISTRADORA OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O endereço da Administradora é Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1355, 3º. Andar, Pinheiros, São Paulo, SP.

Data da edição deste Prospecto: 07/05/2012.



Sumário

1 – RESUMO DA OPERAÇÃO.....	4
2 – PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO	5
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO.....	5
Natureza jurídica.....	5
Constituição / CNPJ	5
Base legal.....	5
Tipo e classe do Fundo.....	5
Prazo de duração.....	5
Metas e objetivos de gestão do Fundo.....	5
Público alvo.....	5
Classes de cotas	5
Amortização.....	5
Resgate.....	5
Data de conversão para liquidação financeira do resgate e cálculo da amortização	5
Mercado secundário.....	5
Patrimônio esperado após a distribuição da 1ª série de cotas seniores.....	5
Foro de eleição	5
NOMES DA ADMINISTRADORA, GESTORA E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	6
TAXAS.....	6
DESPESAS DO FUNDO	6
INFORMAÇÕES RELATIVAS À 1ª E 2ª SÉRIES DE COTAS SENIORES	6
3 – INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA PÚBLICA.....	9
Responsável pela distribuição.....	9
Emissor/ Valores mobiliários ofertados	9
Preço unitário da cota sênior / Valor total da oferta	9
Classificação de risco.....	9
Data do protocolo na CVM.....	9
Rentabilidade alvo / Público alvo	9
Valor mínimo da aplicação inicial.....	9
Data do início da distribuição.....	9
Data máxima para o encerramento.....	9
Quantidade mínima de cotas distribuídas para encerrar a distribuição.....	9
Prazo de duração da aplicação.....	9
Amortização e resgate.....	9
Custos da distribuição e outros custos	10
4 – APRESENTAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS; OBRIGAÇÕES DE CADA UM DELES E PROIBIÇÕES.....	11
ADMINISTRADORA, ESCRITURADORA E DISTRIBUIDORA DAS COTAS.....	11
Perfil e histórico	11
Obrigações e vedações.....	13
Declaração de que agiu com cautela e diligência.....	12
GESTORA.....	13
Perfil e histórico	13
Função.....	13
CUSTODIANTE.....	14
Perfil e histórico	14
Obrigações	14
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO.....	15
Perfil e histórico	15
Função.....	15
EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	15
Perfil e histórico.....	15
Função.....	16
CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA ANÁLISE E SELEÇÃO DOS RECEBÍVEIS.....	16
Perfil e histórico.....	16
Função.....	17
Sobre a possibilidade da Consultora ceder direitos creditórios ao Fundo.....	17
ASSESSORIA LEGAL.....	17
Perfil e histórico.....	17
Função	17
5 – POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO	18
SEGMENTO DE ATUAÇÃO	18

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS RECEBÍVEIS	18
TAXA MÍNIMA PARA A AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	19
PRÉ-PAGAMENTO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	20
PDD E RECONHECIMENTO DE PERDA	20
COMPOSIÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA E LIMITES DE CONCENTRAÇÃO	21
CONTRAPARTE	21
CUSTÓDIA DOS ATIVOS	22
PAGAMENTO PELA CESSÃO DOS RECEBÍVEIS	22
COBRANÇA REGULAR DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	23
COBRANÇA DOS INADIMPLENTES	23
FLUXOGRAMA DA COBRANÇA	24
FLUXO DA OPERAÇÃO	25
ANÁLISE DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO FIDC	26
ESTATÍSTICAS RELATIVAS À CARTEIRA DA CONSULTORA ANTES DO INÍCIO DO FUNDO	27
ESTATÍSTICAS RELATIVAS À CARTEIRA DO GOAL FIDC MULTISSETORIAL LP DESDE O INÍCIO	28
6 – SOBRE AS COTAS, A DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS E OS DIREITOS DOS COTISTAS	29
CARACTERÍSTICAS DAS COTAS	29
EMIÇÃO, COLOCAÇÃO PÚBLICA DAS COTAS E CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO	29
AMORTIZAÇÃO E RESGATE	33
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	33
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS	34
POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	34
POLÍTICA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO: A ASSEMBLÉIA DE COTISTAS	35
EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	36
7 – FATORES DE RISCO	38
GARANTIAS E POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCO (REBAIXAMENTO DE RATING E OUTROS EVENTOS)	38
RISCO DE CRÉDITO	39
RISCO DE LIQUIDEZ DOS ATIVOS	39
RISCO DE MERCADO	40
RISCO DE CONCENTRAÇÃO	40
RISCO DE DESCASAMENTO	40
RISCO DE LIQUIDEZ DA COTA NO MERCADO SECUNDÁRIO	40
RISCO DE ORIGINAÇÃO E RISCO DO ORIGINADOR	40
RISCO DE DESCONTINUIDADE	40
RISCO DE LIQUIDAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	40
RISCO TRIBUTÁRIO	41
RISCO DE GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AOS DIREITOS CREDITÓRIOS	41
RISCOS RELACIONADOS À CONSULTORA	41
RISCO PELA AUSÊNCIA DE REGISTRO EM CARTÓRIO DAS CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO	41
RISCO REFERENTE À VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR AMOSTRAGEM	41
RISCO DE CONFLITO DE INTERESSES	41
RISCO DE CORRENTE DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELOS ORIGINADORES/ CEDENTES OU PELA CONSULTORA PARA CONCESSÃO DE CRÉDITOS	41
RISCO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS SEREM ALCANÇADOS POR OBRIGAÇÕES DOS CEDENTES	41
INEXISTÊNCIA DE GARANTIA DE RENTABILIDADE	42
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	42
RISCO DECORRENTE DA PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS	42
RISCO DE PRÉ-PAGAMENTO E RENEGOCIAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	42
RISCO DE GOVERNANÇA	42
DEMAIS RISCOS	42
8 – REGRAS DE TRIBUTAÇÃO PARA O INVESTIDOR	43
9 – POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E SOBRE O ATENDIMENTO AO COTISTA	44
OBTENÇÃO DO REGULAMENTO, PROSPECTO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS DOCUMENTOS ELABORADOS POR FORÇA DAS DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES	44
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
PERÍODICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO	45
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	45
ATENDIMENTO AO COTISTA	48
10 – GLOSSÁRIO / DEFINIÇÕES	49
11 – SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	52
ANEXOS	
Anexo I - Regulamento do FUNDO e seus anexos	53
Anexo II – Relatório da agência classificadora de riscos para as cotas ofertadas	
Anexo III – Material publicitário do FUNDO	

1 - Resumo da operação

Trata-se da distribuição pública da 3ª (terceira) série de cotas seniores do **GOAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP**, no valor total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), correspondente a 800(oitocentas) cotas seniores, cada uma no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). O **FUNDO** colocará ainda, privadamente, a quantidade de cotas necessária para manter a subordinação mínima de 30% do PL do **FUNDO**.

As cotas seniores da 3ª (terceira) série obtiveram classificação de risco "A" da **Austin Rating**.

Esta oferta destina-se exclusivamente a investidores qualificados e o valor mínimo para a aplicação inicial é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

As cotas seniores possuem uma rentabilidade alvo de **135%** (cento e trinta e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia – "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Esta é a rentabilidade esperada se os resultados da carteira do **FUNDO** assim o permitirem, não se constituindo em uma promessa ou garantia de rentabilidade.

As cotas subordinadas, em percentual mínimo de **30%** funcionam como mecanismo de proteção das cotas seniores contra eventuais perdas, pois se subordinam, para efeito de amortização e resgate, às cotas seniores.

A distribuição das cotas do Fundo será feita pela SOCOPA Sociedade Corretora Paulista S/A e terá início na data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição.

A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 40 (quarenta) cotas, poderá ser dado por encerrado o período de distribuição de cotas do **FUNDO** e o saldo não colocado será cancelado.

36 meses é o prazo de duração desta 3ª Série de cotas contado a partir da data da primeira integralização.

A partir do 25º mês, contado da data da primeira integralização de cotas seniores desta 3ª série, as cotas terão seus valores amortizados mensalmente, com base no cronograma e razões abaixo definidos, até o 36º e último mês, quando ocorrerá o resgate:

25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês	31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
1/12	1/11	1/10	1/9	1/8	1/7	1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1/1

As cotas do **FUNDO** colocadas junto ao público serão registradas para negociação secundária na CETIP S.A.

A SOCOPA Sociedade Corretora Paulista S/A é a instituição responsável pela administração do **FUNDO**. A gestão da carteira será feita pela Ouro Preto Investimentos. O Custodiante é o Banco Paulista S/A. A empresa Goal Fomento Mercantil Ltda. foi contratada como consultora especializada para a análise e seleção dos recebíveis.

2 – Principais informações sobre o FUNDO

Características do FUNDO

<i>Natureza jurídica</i>	É uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de direitos creditórios elegíveis conforme o seu Regulamento.
<i>Constituição / CNPJ</i>	O GOAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP foi constituído por deliberação de sua Administradora. Seu regulamento foi registrado no 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo em 17 de setembro de 2010 sob o número 5122670, conforme Anexo II deste prospecto. O FUNDO foi inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, administrado pela Receita Federal do Brasil, sob o número 12.610.459/0001-96.
<i>Base legal</i>	Resolução CMN nº 2.907 de 29.11.2001 e Instruções CVM nºs 356, de 17.12.2001, e Instruções CVM números 393/03, 435/06, 442/06, 446/06, 458/07, 484/10, 489/11, 498/11 e 510/11.
<i>Tipo e classe do FUNDO</i>	Fundo de investimento em direitos creditórios do tipo FECHADO . Fundo de longo prazo.
<i>Classificação ANBIMA</i>	FIDC Fomento Mercantil.
<i>Prazo de duração</i>	Prazo indeterminado. ATENÇÃO: o investidor não deve confundir o prazo de duração do FUNDO com o prazo de duração desta terceira série de cotas que está sendo ofertada, que é de apenas 36 meses, com amortização a partir do 25º mês.
<i>Metas e objetivos de gestão do FUNDO</i>	O objetivo do FUNDO é a valorização de suas cotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios conforme política de investimento estabelecida em seu regulamento e apresentada neste prospecto.
<i>Público alvo</i>	Somente investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de subscrição e aquisição de cotas do FUNDO .
<i>Classes de cotas</i>	Seniores e subordinadas. O FUNDO pode emitir séries de cotas da classe sênior com prazos e valores para amortização, resgate e remuneração distintos.
<i>Amortização</i>	No caso das cotas seniores, haverá amortização conforme o cronograma estabelecido para cada série de cotas emitidas. No caso das cotas subordinadas, haverá amortização conforme o cronograma estabelecido ou nas hipóteses previstas no Regulamento.
<i>Resgate</i>	Não haverá resgate de cotas a não ser por ocasião do término do prazo de duração de cada série de cotas ou da duração do FUNDO ou, ainda, no caso de liquidação antecipada do FUNDO .
<i>Data de conversão para liquidação financeira do resgate e para cálculo da amortização</i>	Será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo do resgate ou amortização.
<i>Mercado secundário</i>	CETIP S/A
<i>Patrimônio esperado após a distribuição da 3ª série de cotas (total e por classe de cotas)</i>	Total: R\$ 31.670.000,00 R\$ 22.169.000,00 em cotas seniores (70%) R\$ 9.501.000,00 em cotas subordinadas (30%)
<i>Foro de eleição</i>	Quaisquer controvérsias surgidas em razão da subscrição ou aquisição de cotas do FUNDO serão decididas no Foro Central da Comarca de São Paulo – SP

Nomes da Administradora, gestora e dos prestadores de serviços

<i>Administradora</i>	SOCOPA Sociedade Corretora Paulista S/A
<i>Gestora da carteira</i>	Ouro Preto Gestão de Recursos Ltda. (Ouro Preto Investimentos)
<i>Custodiante</i>	Banco Paulista S/A
<i>Classificação de risco</i>	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
<i>Distribuidora de cotas</i>	SOCOPA Sociedade Corretora Paulista S/A
<i>Escrituração de cotas</i>	Banco Paulista S/A.
<i>Banco cobrador</i>	Banco Bradesco S/A
<i>Auditora independente</i>	Baker Tilly Brasil
<i>Auditoria de lastro</i>	KPMG Auditores Independentes
<i>Consultora p/ seleção dos recebíveis</i>	Goal Fomento Mercantil Ltda.
<i>Assessoria legal</i>	Peixoto Neto Sociedade de Advogados.

Taxas

Taxa de administração

Calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TA = ((tx/252) \times PL(D-1) + REA$$

onde:

TA: Taxa de Administração

tx: 0,5% a.a. (zero vírgula cinco por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO** até o patrimônio de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e de 0,4% a.a. (zero vírgula quatro por cento ao ano) sobre a parcela que exceder R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento.

REA: Remuneração da(s) Empresa(s) de Análise Especializada.

<i>Taxa de ingresso/saída</i>	Não há.
<i>Taxa de performance</i>	Não há.

Despesas do FUNDO

São encargos do **FUNDO**, além da taxa de administração acima, as seguintes despesas:

- I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III - despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV - honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;

V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;

VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

VII - quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de cotistas;

VIII - taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;

IX - contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o **FUNDO** tenha suas cotas admitidas à negociação;

X - despesas com a contratação de agência classificadora de risco;

XI - despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas;

XII - despesas com a cobrança e realização dos Direitos de Crédito, incluindo, sem limitação, os honorários e as despesas com a contratação de terceiro especializado em serviços de cobrança e todas as despesas bancárias.

Quaisquer despesas não previstas neste item como encargos do **FUNDO** correrão por conta da instituição Administradora.

A Administradora receberá uma Taxa de Administração (TA) incidente sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO**. Essa Taxa de Administração remunerará os serviços de administração do **FUNDO**, de gestão da carteira e de análise e seleção de Direitos Creditórios para integrarem a carteira do **FUNDO**.

A Administradora receberá taxa de administração mensal, sendo calculada e provisionada todo dia útil conforme a seguinte fórmula:

$$TA = ((tx/252) \times PL(D-1) + REA$$

onde:

TA: Taxa de Administração

tx: 0,5% a.a. (zero vírgula cinco por cento ao ano) sobre o Patrimônio Líquido do **FUNDO** até o patrimônio de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), e de 0,4% a.a. (zero vírgula quatro por cento ao ano) sobre a parcela que exceder R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de provisionamento.

REA: Remuneração da(s) Empresa(s) de Análise Especializada (Análise e Seleção de Recebíveis).

O valor mensal da taxa de administração não poderá ser inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) nos doze primeiros meses de operação. No segundo ano de operação, o valor mensal da taxa de administração não poderá ser inferior a R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

A Taxa de Administração (TA) será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Para efeito do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil qualquer dia que não sábado, domingo ou feriados de âmbito nacional ou, ainda, dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário ou não funcione o mercado financeiro na praça sede da Administradora ou do Custodiante.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviços contratados desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total informado acima.

Além da taxa de administração acima, conforme consta neste Prospecto, o **FUNDO** terá ainda despesas com o pagamento da taxa de fiscalização da CVM, remuneração da empresa de auditoria, da agência de classificação de risco de cotas, do banco custodiante, e de registro de ativos na CETIP e SELIC, publicação de balanço e valor diário das cotas.

Seu patrimônio e os rendimentos auferidos com os ativos e direitos creditórios adquiridos pelo **FUNDO** devem ser utilizados para o pagamento de todas as despesas, amortizações e resgates de cotas na seguinte ordem de prioridade: a) pagamento dos Encargos do **FUNDO**; b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do **FUNDO** a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento; c) constituir e manter a Reserva de Liquidez conforme previsto no Regulamento; d) remuneração Prioritária das Cotas Seniores conforme definida no Suplemento de emissão da Respectiva série; e) devolução aos titulares das Cotas Seniores dos valores aportados ao **FUNDO** por meio de resgate ou amortização da série de Cotas específica; f) provisionamento de recursos, nas hipóteses de liquidação e extinção do **FUNDO**, para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do **FUNDO**, e em valores compatíveis com o montante destas despesas, se estas se fizerem necessárias, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades e g) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Cotas Subordinadas.

Informações relativas à 1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores

A 1ª Série de Cotas Seniores do Fundo foi ofertada na forma de um lote único e indivisível no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). R\$ 25.000,00 foi o valor de cada cota, totalizando 4 cotas. O aporte ocorreu em 13/07/2011. A rentabilidade alvo para essa série de cotas corresponde a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação do CDI OVER. O prazo de duração dessa Série é de 36 meses. Contado a partir do aporte, ou seja, o resgate deverá ocorrer em 12/07/2014, data de encerramento da Série, devendo ser pago o principal aplicado acrescido da rentabilidade alvo durante esse período. Não houve custo de distribuição.

A 2ª Série de Cotas Seniores do Fundo foi ofertada na forma de esforços restritos, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). O lote inteiro foi adquirido por um único investidor. A oferta teve início em 29 de julho de 2011 e encerrou-se em 05 de setembro de 2011. Foram emitidas 80 cotas cada qual no valor de R\$ 25.000,00. A remuneração alvo, pré-fixada, é de 1,04% (um por cento e quatro centésimos por cento) ao mês, pagável mesalmente, no dia 10 de cada mês; a partir de 10/08/2011 até a data de 10/07/2014. O prazo de duração é de 36 meses, encerrando-se no dia 10/07/2014, quando ocorrerá o resgate do principal aplicado. Custo de distribuição: 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor captado.

Ambas as Séries foram distribuídas pela Administradora. A rentabilização das cotas ofertadas e o pagamento das amortizações no caso da 2ª Série têm sido feitos de forma correta e regular pela Administradora do Fundo.

3 – Informações relativas à oferta pública

Responsável pela
distribuição

SOCOPA Sociedade Corretora Paulista S/A

<i>Emissor</i>	GOAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL LP
<i>Valores mobiliários ofertados</i>	800 cotas da classe sênior da 3ª série emitida
<i>Preço unitário da cota sênior</i>	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
<i>Valor total da oferta</i>	R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)
<i>Classificação de risco</i>	"A" realizada pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
<i>Registro da oferta na CVM</i>	XXXXXXXXXX em xx/xx/xxxx
<i>Rentabilidade alvo</i>	135% do CDI
<i>Público alvo</i>	Somente investidores qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de cotas do FUNDO (consulte o glossário).
<i>Valor mínimo da aplicação inicial</i>	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
<i>Data do início da distribuição</i>	Data de publicação do anúncio de início.
<i>Data máxima para o encerramento</i>	180 dias após a data de publicação do anúncio de início.
<i>Quantidade mínima de cotas distribuídas para encerrar a distribuição ⁽¹⁾</i>	40 (quarenta) cotas da classe sênior da 3ª Série
<i>Prazo de duração da aplicação</i>	36 meses
<i>Amortização e resgate ⁽²⁾</i>	A amortização será feita usando o critério <i>principal + juros</i> . Conforme cronograma adiante ⁽²⁾

(1) A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 40 (quarenta) cotas, poderá ser dado por encerrado o período de distribuição desta 3ª série de cotas seniores do **FUNDO** e o saldo não colocado será cancelado. A partir da integralização do número mínimo de cotas, ou seja, de R\$ 1.000.000,00, os recursos já poderão ser utilizados para a aquisição de recebíveis e demais ativos do Fundo, e o valor das próximas integralizações de quotas deverão ser feitas pelo valor da quota no dia da integralização, até o número máximo de quotas da distribuição.

(2) A partir do 25º mês, contado da data da primeira integralização de cotas seniores desta 3ª série, as cotas terão seus valores amortizados mensalmente, com base no cronograma e razões abaixo definidos, até o 36º e último mês, quando ocorrerá o resgate:

25º mês	26º mês	27º mês	28º mês	29º mês	30º mês	31º mês	32º mês	33º mês	34º mês	35º mês	36º mês
1/12	1/11	1/10	1/9	1/8	1/7	1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1/1

Custos da distribuição e outros custos

As tabelas a seguir mostram os custos incorridos com a distribuição e os outros custos relacionados ao FUNDO.

Despesas com a distribuição

Despesa	Porcentagem s/total	Valor
<i>Comissão de coordenação</i>	Não há	Não há
<i>Comissão de colocação*</i>	2,00%	R\$ 400.000,00
<i>Outras comissões</i>	Não há	Não há
<i>Taxa referente ao registro da oferta**</i>	0,64%	R\$ 82.870,00
<i>Publicação de anúncios de início e encerramento</i>	0,013%	R\$ 2.500,00
<i>Elaboração de prospecto</i>	Não há	Não há
<i>Classificação de risco das cotas</i>	0,075%	R\$ 15.000,00
Valor ou porcentagem sobre o total	2,50%	R\$ 500.370,00

* Comissão base de 2,0% ("Comissão base") sobre o número total de cotas da oferta pública efetivamente subscritas e integralizadas. ** R\$ 82.870,00 é o valor máximo da taxa de registro da oferta na Comissão de Valores Mobiliários.

Nenhuma remuneração será devida quando as cotas forem subscritas pela Administradora, Gestora, Custodiante ou Consultora do **FUNDO**, empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias dessas prestadoras de serviços, ou por seus sócios, representantes legais ou mandatários, ou, ainda, por pessoas indicadas por qualquer um dos prestadores de serviços sem que tenha havido esforço de captação.

Nenhuma remuneração é devida pela colocação das cotas subordinadas.

Todos os custos com a implantação (estruturação) do Fundo e também a Comissão de Colocação prevista acima não afetarão o valor e a rentabilidade alvo das cotas seniores porque serão suportados pelos recursos obtidos com a colocação, feita privadamente, das cotas subordinadas, cujo valor deverá suportar quaisquer despesas que o Fundo tiver e ainda manter o grau de subordinação.

Custo unitário da distribuição pública (3ª série de cotas seniores).

Nº cotas	Preço por cota	Porcentagem em relação ao total de cotas emitidas	Custo da distribuição	Montante líquido
800	R\$ 25.000,00	2,50%	R\$ 500.370,00	R\$19.499.630,00
Preço por cota	Porcentagem em relação ao preço unitário por cota	Custo por cota	Montante líquido por cota	
R\$ 25.000,00	2,50%	R\$ 625,46	R\$ 24.374,54	

Demais despesas com a criação e o funcionamento do FUNDO*

Despesa	Implantação (R\$)	Por ano (R\$)**
Estruturação/Administração	35.000,00	60.000,00
Registro/Fiscalização CVM	0,00	9.600,00
Auditoria	12.000,00	12.000,00
Classificação de risco	15.000,00	15.000,00
Custódia	-	108.000,00
SELIC	-	6.000,00
ANBIMA	2.590,00	-
Publicação de balanço e valor diário das cotas	-	2.500,00
Total	64.500,00	216.100,00

* As despesas acima não incluem a Taxa de Administração, cuja fórmula engloba a taxa de administração propriamente dita (remuneração da Administradora), mais a taxa de controladoria e a remuneração devida à Consultora para Análise e Seleção de Recebíveis). As despesas acima poderão sofrer variações em razão de reajustes ou mudança dos prestadores de serviços. Além disso, o FUNDO poderá ter outras despesas conforme o item Despesas do FUNDO deste Prospecto.

** valor estimado para um PL de R\$ 31.670.000,00: valor almejado pelo FUNDO.

4 - Apresentação da administradora, da gestora e dos prestadores de serviços; funções e obrigações de cada um e vedações

Administradora, escrituradora e distribuidora das cotas

SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A

CNPJ: 62.285.390/0001-40

Av. Brigadeiro Faria Lima 1.355, 3º andar,

01452-002 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3299.2166 - Fax (11) 3299.2184

www.socopa.com.br

Representante: Daniel Doll Lemos

daniel@socopa.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

A SOCOPA iniciou suas atividades em 1967, sendo reconhecida pela sua experiência e pioneirismo no mercado de corretagem de valores mobiliários.

Em julho/97 lançou o Socopa On-Line, primeiro site de investimentos online em bolsa no Brasil, sendo atualmente uma das 5 maiores corretoras no envio automatizado de ordens, atuando no atendimento a pessoas físicas, investidores institucionais e estrangeiros.

A Socopa é corretora e agente de compensação da BM&FBOVESPA (nº 58). A corretora atua de forma integrada ao Banco Paulista, sendo sua subsidiária integral. Juntos adotaram como seus princípios e valores a ética, responsabilidade, crescimento sustentado, lucratividade e solidez, os quais garantem o êxito de seus trabalhos e sucesso na relação com seus clientes.

OBRI GAÇÕES E VEDAÇÕES

A Administradora, observadas as limitações legais e do Regulamento do **FUNDO**, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO** e para exercer os direitos inerentes aos direitos creditórios que integram a carteira.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;

b) o registro dos cotistas;

c) o livro de atas de Assembléias Gerais;

d) o livro de presença de cotistas;

e) o Prospecto do **FUNDO**;

f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;

g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;

h) os relatórios do Auditor Independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao cotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV – divulgar no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem cotas deste, o valor do

patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratada pelo **FUNDO**. Em vez do periódico, a divulgação poderá ser realizada por meio de entidade de classe do sistema financeiro nacional.

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**.

É vedado à Administradora:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de cotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

É vedado à Administradora, em nome do **FUNDO**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados derivativos;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento ou nas instruções da CVM;

III - aplicar recursos diretamente no exterior;

IV - adquirir cotas do próprio **FUNDO**;

V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM nº 356;

VI - vender cotas do **FUNDO** a prestação;

VII - vender cotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios para este **FUNDO**, exceto quando se tratar de cotas subordinadas;

VIII - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X - delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;

XI - obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII - efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

Declaração de que agiu com cautela e diligência

A **ADMINISTRADORA** declara que este prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta, dos valores mobiliários ofertados, do emissor, suas atividades, situação econômico financeira, riscos inerentes e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Gestora

OURO PRETO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

CNPJ: 11.916.849/0001-26

Nome de fantasia: Ouro Preto Investimentos

Rua Teodoro Sampaio 1.765, conj. 41,

05405-150 – São Paulo – SP

www.ouopretoinvestimentos.com.br

Telefone/fax: (11) 3588.1045

Representante: Leandro Turaça

gestor@ouopretoinvestimentos.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

Ouro Preto Investimentos é o nome de fantasia da Ouro Preto Gestão de Recursos Ltda.

A Ouro Preto Investimentos é uma administradora de recursos de terceiros (*asset management*), registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, com sede na cidade de São Paulo, que realiza a gestão de diversos fundos de investimentos: desde os fundos mais tradicionais: de ações e multimercados, até fundos de créditos privados, investimentos no exterior, e, especialmente, fundos de investimento em direitos creditórios. O responsável pela gestão perante a CVM possui mais de 20 anos de experiência nos mercados financeiro e de capitais.

FUNÇÃO

A Ouro Preto Investimentos responde pelos serviços de gestão da carteira do **FUNDO** previstos no inciso II do artigo 39 da Instrução CVM nr. 356.

Custodiante

BANCO PAULISTA S/A

CNPJ: 61.820.817/0001-09

Av. Brigadeiro Faria Lima 1.355, 2º andar,

01452-002 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3299.2000 - Fax (11) 3299.2154

www.bancopaulista.com.br

Representante: Francisco Donizeti Ferreira

donizeti@bancopaulista.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

O Banco Paulista S/A iniciou suas atividades no ano de 1990, como instituição financeira, através da transformação em banco múltiplo da Socopa – Sociedade Corretora Paulista. Simultaneamente ao processo de transformação, o Banco Paulista constituiu uma subsidiária integral – Socopa – para dar continuidade à atividade de corretagem de títulos e valores mobiliários, em um mercado em que vem atuando desde 1967.

Até o ano de 2004, o foco de atenção do Banco Paulista concentrava-se principalmente em operações de atacado (pessoas jurídicas) no Estado de São Paulo. Desde então, como consequência da ampliação de seus negócios de crédito ao consumidor, o banco expandiu sua área de atuação para, principalmente, a Região Sudeste.

OBRIGAÇÕES

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações comerciais e de serviços;

II - validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem do **FUNDO**, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósito do mesmo;

VII – observar para que somente as ordens emitidas ao Custodiante pela Administradora e/ou pela Gestora, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

Nos termos do contrato celebrado entre A Administradora e a Consultora, com a interveniência do CUSTODIANTE, a Consultora será responsável por:

a) receber a documentação que evidencia o lastro dos direitos creditórios a serem cedidos ao **FUNDO**;

b) efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**, cabendo à Consultora a responsabilidade pelo depósito dessa documentação, na qualidade de depositária fiel dos documentos relacionados aos direitos creditórios; e

c) manter atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO** e com livre acesso para o Custodiante, a Administradora a Auditoria Independente, a Agência Classificadora de Risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores.

A subcontratação da Consultora para a realização dos serviços descritos acima não afasta a responsabilidade do Custodiante perante o FUNDO, a CVM e os investidores, pelas atividades subcontratadas.

Em razão do **FUNDO** possuir significativa quantidade de créditos cedidos e expressiva diversificação de devedores e de cedentes, além de atuar em vários segmentos, o

Custodiante está autorizado a efetuar a verificação do lastro dos direitos creditórios por amostragem.

O Custodiante realizará a verificação por amostragem do lastro dos direitos creditórios por intermédio da empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes, especialmente contratada pelo Custodiante para essa finalidade, com base nos parâmetros estabelecidos no Regulamento do **FUNDO**.

Eventuais vícios verificados nos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios serão comunicados ao Custodiante, à Administradora, ao Auditor e à Agência Classificadora de Risco do **FUNDO**.

Agência classificadora de risco

AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

CNPJ : 05.803.488/0001-09

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr. 110, 7º andar, Itaim Bibi

04542-000 - São Paulo - SP

Telefone: (11) 3377.0707 / fax: (11) 3377.0730

www.austin.com.br

Representante: Erivelto Rodrigues

erivelto@austin.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

A Austin Rating é uma Agência Classificadora de Risco de crédito de origem brasileira. Foi a primeira empresa nacional a conceder ratings no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria em que adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus mais de 20 anos de atuação. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e suas implicações em empresas nacionais, principalmente em instituições financeiras e do mercado de capitais. A Austin destaca-se em sua atividade pela segurança e independência de suas opiniões.

FUNÇÃO

Avaliar e classificar o risco que envolve cada classe ou série de cotas que é destinada à colocação pública.

Empresa de auditoria independente

BAKER TILLY AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CNPJ 67.634.717/0001-66

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini 1461, 4º e 12º,

Brooklin Novo

0457-011 - São Paulo- SP

www.bakertilly.com.br

Telefone/fax: (11) 5504-3800

Responsável: Eduardo Lopes dos Santos

btbr@btbr.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

A Baker Tilly Brasil é uma empresa membro da rede internacional Baker Tilly International de Auditores Independentes, criada para oferecer serviços de alto padrão e soluções globais para empresas em crescimento.

Todas as empresas membros da rede seguem os mesmos padrões de qualidade, habilidades, recursos e expertise para oferecerem os melhores serviços. A sede da rede está fixada em Londres. O grupo conta com a experiência de mais de 18.600 mil profissionais em 75 países. Os sócios da Baker Tilly Brasil tem ampla experiência tendo atuado em grandes empresas de auditoria no Brasil.

FUNÇÃO

Realizar auditoria independente nas operações e demonstrações financeiras do **FUNDO** para, dentre outras finalidades, verificar se as operações praticadas pelo **FUNDO** estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis, bem como se as negociações foram realizadas a taxas de mercado; se as demonstrações refletem a realidade financeira do **FUNDO**.

Consultoria especializada para análise e seleção dos recebíveis

GOAL FOMENTO MERCANTIL LTDA.

CNPJ: 05.129.237/0001-90

Av. das Américas 7.899, Bloco 2, Sala 601-606,
Edifício Platinum Advance Offices, Barra da Tijuca,
22793-081 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3627 4625

Representantes:

Luiz Carlos Lima Borges, Joao Marcelo Igayara, Paulo Ricardo Carvalho e Ana Paula Dantas.

e-mails:

luiz@goalfomento.com.br

joao@goalfomento.com.br

paulo@goalfomento.com.br

anapaula@goalfomento.com.br

PERFIL E HISTÓRICO

A Goal Fomento Mercantil Ltda. foi fundada na cidade do Rio de Janeiro em 2008 por Luiz Carlos Lima Borges, Joao Marcelo Igayara e Ana Paula Dantas. Em 2011 houve o ingresso de Paulo Ricardo Carvalho de Oliveira na sociedade.

Geograficamente, a sua atuação concentra-se nos Estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Breve currículo dos sócios:

Luiz Carlos Lima Borges

Advogado, com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro e fomento mercantil. Foi responsável pela fundação e desenvolvimento de uma das maiores empresas do segmento no Rio de Janeiro. Tem grande experiência em operações de fomento.

Joao Marcelo Igayara

Engenheiro. Ajudou a fundar a empresa e, desde então, participa do gerenciamento do negócio. Sua família criou e administra uma das maiores indústrias alimentícias do Rio de Janeiro, líderes de mercado há mais de 20 anos no segmento em que atuam.

Ana Paula Dantas

Administradora. Tem mais de 15 anos de experiência na área de fomento mercantil e fundos. Acompanha o sócio Luiz Carlos Borges desde o ano 2000. É especializada no controle da produção e gestão operacional.

Paulo Ricardo Carvalho de Oliveira

Administrador, com mais de 30 anos de atuação em diversos bancos comerciais e empresas de fomento. Antes de ingressar na sociedade ocupava o cargo de superintendente do Banco ABC no Rio de Janeiro. Possui grande conhecimento comercial e experiência na avaliação de crédito e empresas.

FUNÇÃO

A Goal Fomento Mercantil Ltda. foi contratada para exercer a função de consultora especializada para a análise e seleção dos recebíveis que serão adquiridos pelo **FUNDO**.

O **FUNDO** somente poderá adquirir direitos creditórios cuja seleção tenha sido realizada pela Goal Fomento Mercantil Ltda. e que estejam de acordo com a sua política de investimento e critérios de seleção de recebíveis previstos no Regulamento. Adicionalmente, a Consultora será responsável pela guarda da documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios.

Sobre a possibilidade da Consultora ceder direitos creditórios ao fundo

Conforme consta no Regulamento, a Consultora também poderá ceder direitos creditórios ao FUNDO desde que tais direitos tenham origem nos segmentos de atuação do FUNDO. A Consultora declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade em razão do FUNDO poder adquirir direitos creditórios de sua titularidade.

Assessoria legal

Peixoto Neto Sociedade de Advogados

OAB SP 11.225

Rua Teodoro Sampaio 1765, 4º andar, Pinheiros

05405-150 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3063.9040 / fax: (11) 3064.9056

www.peixotoneto.adv.br

Responsável: João Baptista Peixoto Neto

OAB SP: 104.907 / OAB MG: 1144 A / OAB PR / OAB SC

joaopeixoto@peixotoneto.adv.br

PERFIL E HISTÓRICO

Responsável pelo escritório Peixoto Neto Sociedade de Advogados, o Dr. João Baptista Peixoto Neto é formado pela Universidade de São Paulo, onde cursou pós-graduação, em nível de mestrado, na área de direito internacional, e é especialista em produtos financeiros e gestão de riscos pela FIA/FEA/USP. Nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2010, esteve entre os primeiros colocados na categoria de estruturação de fundos de recebíveis no Brasil pelo ranking da empresa UQBAR. Estruturou dezenas de fundos de investimento em direitos creditórios. Possui mais de 20 anos de experiência na área de direito comercial, especialmente em questões societárias e de mercado de capitais.

FUNÇÃO

Assessorar juridicamente os estruturadores do **FUNDO**, redigindo ou auxiliando na redação de todos os documentos e contratos. O objetivo dessa assessoria foi garantir que o Regulamento, o Prospecto e demais documentos estão, na forma e em seu conteúdo, de acordo com as Instruções da Comissão de Valores Mobiliários e que atendem à legislação vigente, além de estarem adequados juridicamente para os objetivos aos quais se destinam.

5 - Política de investimento do FUNDO

Segmento de atuação

O **FUNDO** irá adquirir recebíveis de empresas que atuam nos segmentos comercial, industrial, varejo e de prestação de serviços, sempre originados de operações performadas, ou seja, de serviços já prestados e de bens e mercadorias já entregues ao devedor.

Crítérios de elegibilidade dos recebíveis

O **FUNDO** irá adquirir direitos creditórios de empresas com sede no Brasil, indicadas e aprovadas pela Consultora, denominadas Cedentes, resultantes de suas vendas mercantis já entregues ou de serviços já prestados.

O **FUNDO** poderá adquirir direitos creditórios diretamente da Consultora desde que tais direitos tenham origem nos segmentos de atuação do **FUNDO**.

O **FUNDO** não poderá adquirir direitos creditórios da Administradora e/ou de sua obrigação/coobrigação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Respeitada a política de investimentos do FUNDO estabelecida neste Regulamento; cabe à Consultora a decisão de adquirir quaisquer direitos creditórios de qualquer cedente.

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo **FUNDO** deverá atender os critérios de elegibilidade na data da respectiva cessão:

I – o **FUNDO** somente poderá adquirir direitos creditórios que tenham sido submetidos à prévia análise e seleção pela Consultora, que deverá realizar ou acompanhar os procedimentos seguintes até a liquidação da cessão:

- 1 - Seleção de Cedentes por setor, atividade, porte e localização geográfica;
- 2 - Verificação de eventuais restrições cadastrais;
- 3 - Visita à futura empresa cedente;
- 4 - Cadastramento da empresa cedente e dos sócios;
- 5 - Levantamento da carteira de clientes da empresa (sacados);
- 6 - Aprovação em comitê de limite operacional;
- 7 – Assinatura manuscrita ou digital dos representantes legais da empresa e dos responsáveis solidários;
- 8 - Formalização do Contrato que Regula as Cessões;
- 9 - Recebimento de borderôs;
- 10 – Verificação de eventuais restrições cadastrais dos sacados;
- 11 - Confirmação de títulos junto aos sacados;

II – o **FUNDO** somente poderá adquirir direitos creditórios que atendam na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) as Cedentes devem ser empresas com sede ou filial no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior) que atuem nos setores industrial, comercial, varejo ou na prestação de serviços;
- b) os devedores dos Direitos de Crédito devem ser pessoas físicas ou jurídicas inscritas, respectivamente, no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; e
- c) os Direitos de Crédito não se enquadram nas especificações do Artigo 40, §

8º, da Instrução CVM 356;

d) cada cessão de direitos de crédito será precedida de análise verificando a concentração de títulos de um mesmo sacado (mesmo CPF ou CNPJ) na carteira do **FUNDO**, respeitando-se os limites de concentração estipulados neste Regulamento;

e) o **FUNDO** deverá observar, em cada aquisição de Direitos Creditórios, a taxa mínima de cessão ("taxa de desconto") correspondente a 200% (duzentos por cento) da taxa CDI Over, cujo objetivo é possibilitar ao **FUNDO** o pagamento de todas as suas despesas e da remuneração esperada para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas se houver remuneração alvo para essa Classe;

f) os Direitos Creditórios devem ser de Devedores/Sacados e de Cedentes que estejam adimplentes com suas obrigações com o **FUNDO**; podendo, entretanto, o **FUNDO** adquirir Direitos Créditos de Cedentes ou Devedores que estejam, no máximo, com 30 dias de atraso em relação a qualquer obrigação.

g) o **FUNDO** somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão.

As operações de aquisição dos direitos de crédito pelo **FUNDO** deverão ser realizadas necessariamente com base na política de investimento estabelecida no Regulamento do **FUNDO**, e nas cláusulas e condições estabelecidas no *Contrato que regula as cessões de crédito para o GOAL FIDC LP* a ser celebrado pelo **FUNDO** com as Cedentes previamente à realização de qualquer operação entre o **FUNDO** e a Cedente. Cada Cedente responderá solidariamente com seus Clientes pelo pagamento dos direitos de crédito cedidos ao **FUNDO**.

A Consultora deverá selecionar apenas direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme estabelecido no *Contrato de prestação de serviços de consultoria de análise e seleção de direitos creditórios* celebrado entre o **FUNDO** e a Consultora.

Constatada a qualquer tempo pela Administradora a não adequação, na data da cessão, de um ou mais direitos de crédito cedidos ao **FUNDO** a qualquer dos critérios de elegibilidade, a Consultora será obrigada a adquirir tais direitos de crédito pelo valor registrado na carteira do **FUNDO**.

Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição ou critério de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a Administradora, Gestora, Consultora ou Custodiante, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

As informações descritivas dos direitos creditórios que compõem a carteira do **FUNDO** encontram-se no Anexo I deste prospecto, contendo as características relevantes dos direitos creditórios, tais como número de créditos, valores, prazo de vencimento médio da carteira, atrasos, volume diário entre outras características. Os direitos creditórios da carteira são originários de vendas de mercadorias ou de prestação de serviços e não contam com nenhuma espécie de garantia, a não ser a coobrigação das empresas cedentes (garantia fidejussória).

Taxa mínima para aquisição dos direitos creditórios

O **FUNDO** deverá observar, em cada aquisição de Direitos Creditórios, a taxa mínima de cessão ("taxa de desconto") correspondente a 200% (duzentos por cento) da taxa CDI Over, cujo objetivo é possibilitar ao **FUNDO** o pagamento de todas as suas despesas e da remuneração esperada para as Cotas Seniores e manutenção da subordinação.

Pré-pagamento, remoção ou substituição de direitos creditórios

O pré-pagamento de direitos creditórios, caso ocorra, não gerará nenhum efeito sobre a rentabilidade das cotas ofertadas porque não haverá desconto para o pagamento antecipado. E, mesmo que houvesse desconto, ele seria *pro rata die*. Não haverá, portanto, em nenhuma hipótese, prejuízo para o **FUNDO** caso o sacado decida antecipar o pagamento.

O pré-pagamento, além disso, é evento raro de ocorrer no segmento de atuação do **FUNDO**, cujos direitos creditórios cedidos não são de valores elevados e também porque o prazo médio dos títulos é reduzido.

O **FUNDO** tem direito de regresso contra a Cedente, nos termos do contrato que regula as cessões, em caso de inadimplência do sacado ou no caso de existirem quaisquer vícios que possam ser opostos ao pagamento do direito creditório e, ainda, em qualquer outra hipótese de não pagamento por culpa ou dolo da cedente ou do sacado.

PDD e reconhecimento de perda

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Instrução CVM número 489. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais créditos do mesmo devedor, ou seja, ocorrerá o chamado “efeito vagão”

Composição, diversificação da carteira e limites de concentração

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios será aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) operações compromissadas com lastro em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou BACEN.

A carteira do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios será composta de títulos públicos com prazo médio (da carteira) superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para que o **FUNDO** tenha tratamento tributário de longo prazo.

Os Direitos de Crédito serão representados por duplicatas e cheques nas seguintes proporções: 80% no mínimo dos recebíveis em duplicatas e até 20% dos recebíveis em cheques.

Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos de cada Contrato que regula as Cessões, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão.

Os Direitos de Crédito deverão contar com a documentação necessária à comprovação do lastro dos créditos cedidos, incluindo, mas não se limitando, aos contratos, instrumentos, títulos de crédito, anexos, seguros, garantias e quaisquer outros documentos relacionados aos Direitos Creditórios (os “Documentos Comprobatórios”).

O **FUNDO** adota como limites máximos de concentração, por cedentes e sacados, para os direitos creditórios:

- a) Até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** poderão ser aplicados em direitos de crédito originados por uma mesma Cedente.
- b) O limite máximo de concentração por Sacado, ou seja, por devedor dos direitos de crédito, será de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.
- c) O total de obrigação mais a coobrigação de um mesmo Cedente e Devedor não poderá ser superior a 10% (dez por cento) do PL do **FUNDO**.
- d) A soma dos direitos creditórios dos 5 maiores Cedentes não poderá exceder 30% do PL do Fundo.
- e) A soma dos direitos creditórios dos 5 maiores Devedores não poderá exceder 30% do PL do Fundo.

Os limites de concentração previstos acima não se aplicam à aquisição de títulos públicos federais.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

RESUMO DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E PERCENTUAL MÁXIMO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (*):

Ativos	Mínimo	Máximo
a) Direitos creditórios	50%	100%
b) Moeda corrente nacional	0%	50%
c) Títulos de emissão do Tesouro Nacional	0%	50%
d) Títulos de emissão do Banco Central do Brasil	0%	50%
e) Total de emissão e coobrigação de uma mesma pessoa jurídica	0%	10%
f) Total de direitos creditórios de responsabilidade de um mesmo devedor/sacado.	0%	10%
g) Soma dos direitos creditórios dos 5 maiores cedentes	0%	30%
h) Soma dos direitos creditórios dos 5 maiores devedores	0%	30%
i) Operações compromissadas	0%	50%

(*) - Após 90 (noventa) dias do início das atividades do **FUNDO**.

Contraparte

A Gestora, respeitando o disposto no Regulamento, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do **FUNDO** onde figurem como contraparte a Gestora, as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Gestora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Gestora ou pelas demais pessoas que prestam serviços para o **FUNDO**. Todas as informações relativas às operações ora referidas serão objeto de registros analíticos segregados.

Custódia dos ativos

Os direitos creditórios e demais ativos serão custodiados pelo Banco Custodiante. Além disso, os outros ativos financeiros integrantes da carteira do **FUNDO**, como os títulos públicos e valores mobiliários, serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do **FUNDO**, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Pagamento pela cessão dos recebíveis

Os procedimentos para a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo podem ser descritos da seguinte forma:

- a) A Cedente submete à Empresa de Análise Especializada as informações acerca dos Direitos de Crédito que pretendem ceder para o Fundo.
- b) A Empresa de Análise Especializada encaminhará ao Custodiante arquivo eletrônico em layout previamente definido onde relacionará, identificará e descreverá apenas os Direitos Creditórios que atendam às condições de cessão e aos Critérios de Elegibilidade.
- c) Após o recebimento do arquivo enviado pela Empresa de Análise Especializada, o Custodiante deverá validar os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios constantes no arquivo eletrônico.
- d) A Administradora, Empresa de Análise Especializada ou Custodiante comandará a emissão do Termo de Cessão, relacionando os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo, a ser firmado em forma impressa ou eletrônica, neste último caso com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
- e) A Cedente e o Fundo, este representado pela Administradora, assinam o Termo de Cessão.
- f) O Fundo pagará pela cessão dos Direitos Creditórios na data da cessão, por intermédio do Custodiante, por meio de TED, diretamente à Cedente.
- g) A Cedente encaminhará à Empresa de Análise Especializada a documentação que dá lastro aos Direitos Creditórios, bem como eventuais títulos de crédito a esses Direitos Creditórios vinculados, sejam esses títulos cheques ou duplicatas ou títulos de crédito, para que sejam mantidos sob sua guarda ou entregues ao Banco Cobrador, conforme o caso, a partir da data de cessão ao Fundo.
- h) Em razão da grande quantidade de documentos e rapidez das operações, e conforme estabelecido no *Contrato que Regula as Cessões*, a Cedente poderá ficar responsável pela guarda de documentos que lastreiam a operação, como notas fiscais e comprovantes de entrega dos produtos ou serviços.

O **FUNDO** pagará pela cessão dos direitos creditórios, por intermédio do Banco Custodiante, por meio de TED, DOC ou crédito em conta corrente, diretamente à Cedente.

Não serão admitidas remessas para contas de pessoas que não sejam as próprias cedentes dos direitos creditórios.

A Consultora será responsável pela comunicação aos devedores, sacados das duplicatas, da cessão dos direitos creditórios para o **FUNDO** até 5 (cinco) dias úteis após a realização da cessão.

Conforme previsto no contrato que regula as cessões, exclusivamente em caso de vícios dos direitos creditórios ou de não pagamento pelo devedor na data de seu vencimento, a Cedente obriga-se a recomprá-los.

Cobrança regular dos direitos creditórios

A liquidação dos direitos creditórios será realizada:

- I – por meio de cheques emitidos pelos devedores dos Direitos Creditórios cedidos, endossados pelas Cedentes ao Fundo por chancela mecânica ou eletronicamente e entregues ao Banco Cobrador para guarda e cobrança em nome do Fundo; e
- II – através de boletos bancários, tendo o Fundo por favorecido, emitidos pelo Banco Cobrador ou pela Empresa de Análise Especializada e enviados aos devedores.

O recebimento dos direitos creditórios resultante da liquidação dos boletos e cheques relativos às operações realizadas pelo **FUNDO** será efetuado diretamente em conta corrente do **FUNDO** junto ao Banco Cobrador, que se utilizará do sistema de compensação bancária. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos direitos creditórios será recebido por qualquer uma das Cedentes ou pela Consultora.

Cobrança dos inadimplentes

A cobrança dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos será realizada pela Empresa de Análise Especializada, admitindo-se a contratação de tais serviços com empresa prestadora de serviços de cobrança indicada pela Empresa de Análise Especializada.

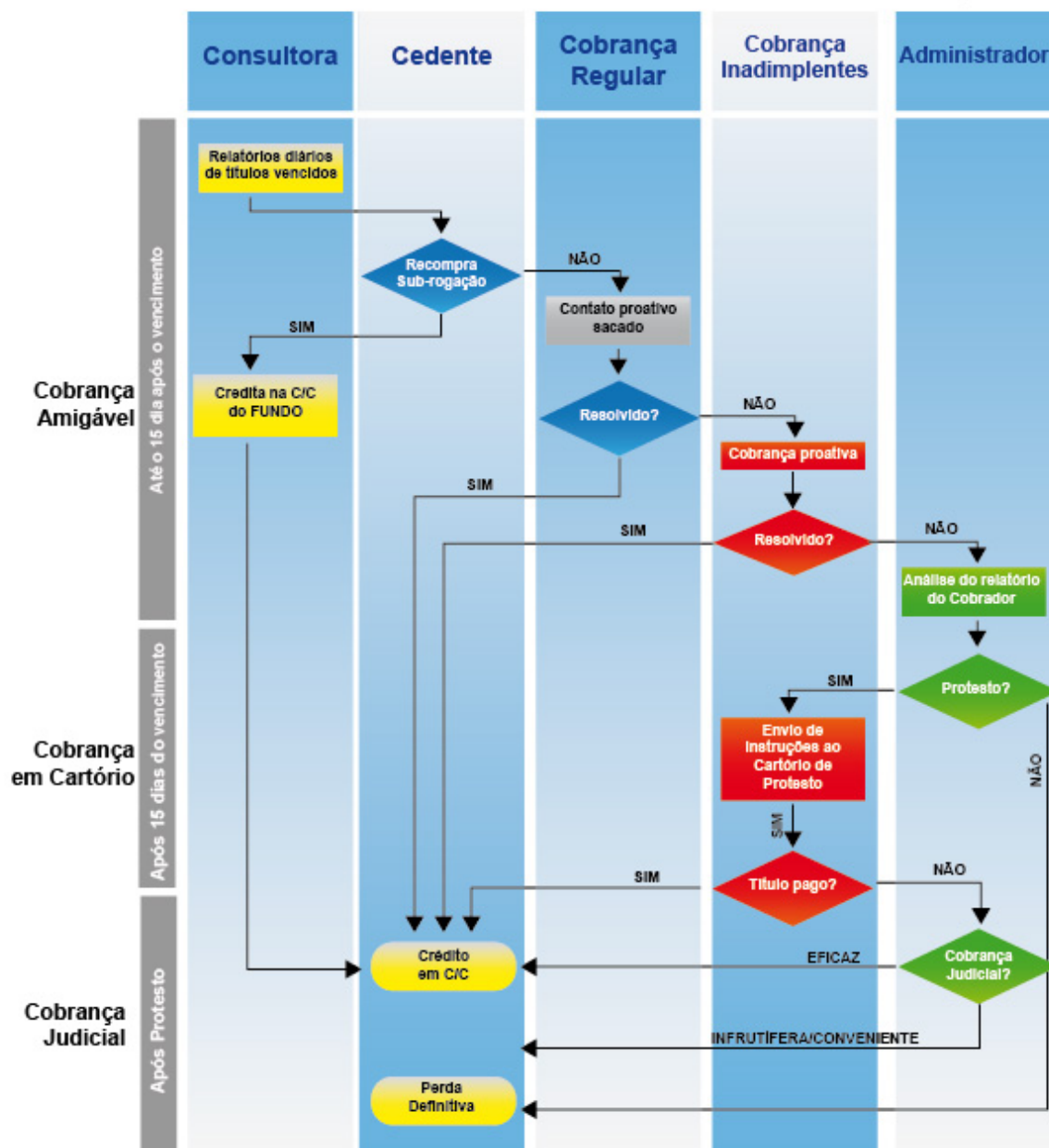
Os Direitos de Crédito poderão ser protestados e cobrados, inclusive judicialmente. Todas as despesas de cobrança, inclusive judiciais, serão suportadas pelo Fundo.

As instruções de cobrança dos Direitos de Crédito deverão respeitar o seguinte:

- I – As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Empresa de Análise Especializada ou por empresa especializada em serviços de cobrança por ela indicada.
- II – As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza.
- III – Realizadas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Empresa de Análise Especializada ou a empresa de cobrança por ela nomeada poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do Fundo o respectivo mandato *ad-judicia*.

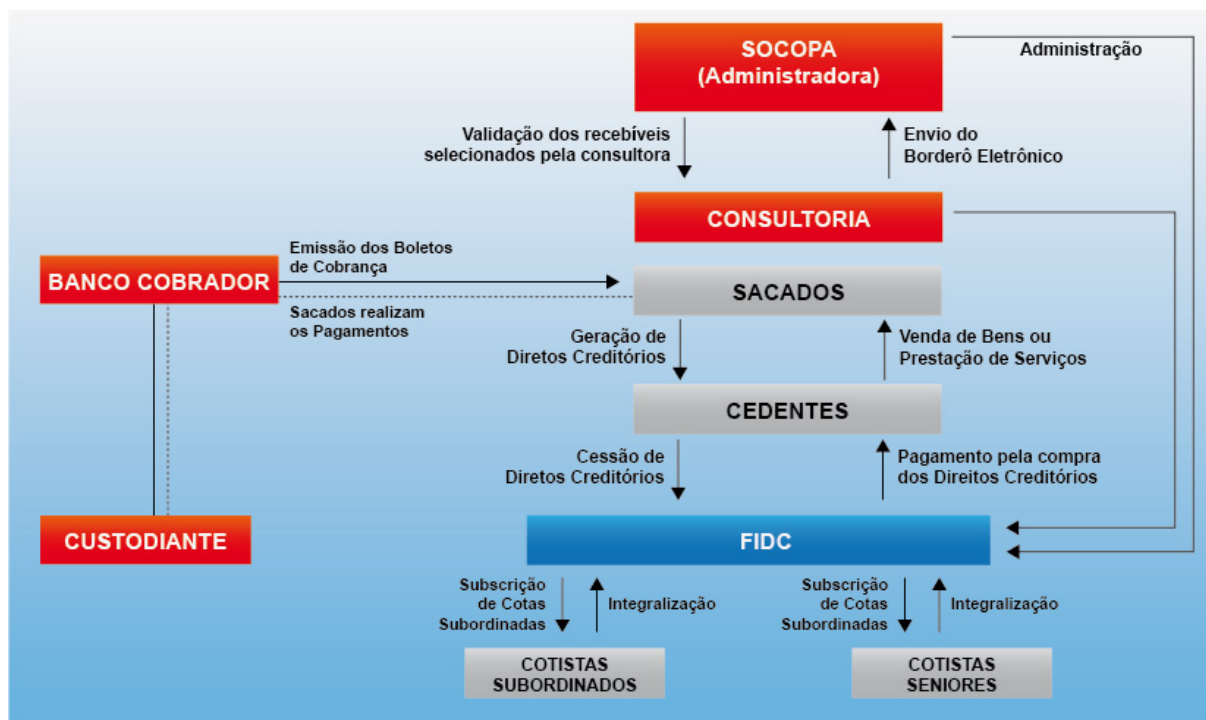
Fluxograma da cobrança

Fundo de Recebíveis - Fluxo Cobrança



Fluxograma da operação

Fluxo da Operação



Análise da Carteira de Direitos Creditórios do FIDC.

As estatísticas relevantes dos direitos creditórios, como número de títulos, valor total, prazos de vencimento, valor médio da carteira, prazo médio da carteira, atrasos por faixas, perdas e recuperações, entre outras, encontram-se nas páginas a seguir.

A finalidade dos créditos, como já explicado em outras seções deste prospecto, é o financiamento de compras de produtos e serviços, já entregues ou realizados, pelas próprias cedentes. A cessão é sempre feita com a coobrigação da cedente.

A carteira de Direitos Creditórios compreende as operações realizadas pelo Fundo desde o início das operações, ou seja, a partir de Agosto de 2011 e pela Consultora nos anos anteriores à criação do Fundo: 2009, 2010 e 2011 a partir de informações disponibilizadas pela Consultora. O comportamento abaixo descrito, foi obtido analisando o conjunto total de operações realizadas no referido período.

Como os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo são originados pelos clientes da Consultora e ela é a responsável pela Análise e Seleção dos Recebíveis, considerando-se o curto período de operações do Fundo, utilizou-se para fins estatísticos a carteira de recebíveis da Consultora nos anos anteriores à constituição do Fundo, por se entender que se trata da mesma base de cedentes, créditos com as mesmas características, refletindo o mesmo comportamento da carteira.

- Validaram-se os dados, quanto à existência de duplicidade de informações.
- Elaboraram-se as posições com data base de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, refletindo:
 - o A quantidade de títulos e o valor total pelo prazo de recebimento considerando as faixas de 0-30 dias; 31-60 dias; 61-90 dias; 91-120 dias e acima de 120 dias.
 - o A quantidade de títulos e o valor total por tipo de documento.
 - o A quantidade de títulos e o valor total por faixa de valor considerando até R\$ 5.000,00; de R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00; de R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00 e acima de R\$ 50.000,01.
- Elaboraram-se tabelas com a distribuição mensal de liquidações para cada ano, por valor total mensal e quantidade de títulos, observando a data efetiva do pagamento.
- A partir da tabela de mensal de liquidações, foram obtidos os valores médios diários de recebimentos e a quantidade média diária de títulos liquidados, inferindo-se a média mensal para cada um dos itens, para os anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.
- Foram calculados para cada ano o valor médio dos títulos e o prazo médio da carteira.

Estatísticas relativas à carteira da Consultora antes do início do GOAL FIDC MULTISSETORIAL LP

Distribuição do volume financeiro e quantidade															
Por faixa de valor		Dezembro 2009				Dezembro 2010				Julho 2011					
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%		
De	até														
	5.000,01	5.000,00	24.202	96%	19.817.617	60%	42.899	93%	35.354.572	40%	38.102	92,7%	30.145.299	36%	
	20.000,01	20.000,00	764	3%	6.627.513	20%	2.780	6%	25.632.065	29%	2.339	5,7%	24.956.659	30%	
	50.000,01	50.000,00	82	0,3%	2.661.131	8%	463	1%	10.606.372	12%	498	1,2%	15.142.020	18%	
			50	0,2%	4.191.674	13%	185	0,4%	16.693.422	19%	149	0,4%	13.224.631	16%	
			25.098	100%	33.297.936	100%	46.327	100%	88.286.430	100%	41.088	100%	83.468.609	100%	
Distribuição do volume financeiro e quantidade															
Por tipo de documento		Dezembro 2009				Dezembro 2010				Julho 2011					
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%		
	Cheque	7.865	31,3%	5.362.364	16,1%	11.862	25,6%	7.474.642	8,5%	11.807	28,7%	10.452.668	12,5%		
	Duplicata	17.233	68,7%	27.935.571	83,9%	34.465	74,4%	80.811.788	91,5%	29.281	71,3%	73.015.941	87,5%		
	Outros	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
		25.098	100%	33.297.936	100%	46.327	100%	88.286.430	100%	41.088	100%	83.468.609	100%		
Distribuição do volume financeiro e quantidade															
Por setor de atividade		Dezembro 2009				Dezembro 2010				Julho 2011					
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%		
	Indústria	11.217	44,7%	19.407.672	58,3%	18.748	40,5%	61.150.799	69,3%	16.057	39,1%	56.006.566	67,1%		
	Comércio	9.034	36,0%	11.849.767	35,6%	18.421	39,8%	22.867.376	25,9%	13.925	33,9%	21.141.443	25,3%		
	Serviços	4.778	19,0%	1.939.295	5,8%	8.913	19,2%	4.185.896	4,7%	11.095	27,0%	6.047.987	7,2%		
	Outros	69	0,3%	101.201	0,3%	245	0,5%	82.359	0,1%	11	0,03%	272.613	0,3%		
		25.098	100%	33.297.936	100%	46.327	100%	88.286.430	100%	41.088	100%	83.468.609	100%		
Distribuição dos volumes de liquidações															
		Dezembro 2009				Dezembro 2010				Julho 2011					
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%		
	Janeiro	1.249	5%	1.376.839	4%	2.766	6%	4.951.249	6%	5.952	14%	11.407.367	14%		
	Fevereiro	1.382	6%	1.512.320	5%	2.232	5%	3.928.413	4%	4.226	10%	10.216.245	12%		
	Março	1.729	7%	1.949.196	6%	3.862	8%	6.340.744	7%	6.360	15%	11.195.669	13%		
	Abril	1.661	7%	1.811.082	5%	3.094	7%	5.148.416	6%	5.755	14%	11.495.023	14%		
	Maio	2.330	9%	2.202.589	7%	3.157	7%	6.186.014	7%	6.573	16%	12.643.756	15%		
	Junho	2.512	10%	2.918.097	9%	3.435	7%	6.354.531	7%	5.930	14%	15.066.366	18%		
	Julho	2.085	8%	3.120.624	9%	3.744	8%	7.150.526	8%	6.292	15%	11.444.194	14%		
	Agosto	1.976	8%	2.851.440	9%	4.017	9%	6.845.890	8%	-	0%	-	0%		
	Setembro	2.295	9%	3.632.580	11%	6.108	13%	9.221.707	10%	-	0%	-	0%		
	Outubro	3.177	13%	3.813.215	11%	3.950	9%	11.240.010	13%	-	0%	-	0%		
	Novembro	2.098	8%	3.820.823	11%	4.653	10%	9.835.469	11%	-	0%	-	0%		
	Dezembro	2.504	10%	4.289.132	13%	5.309	11%	11.083.461	13%	-	0%	-	0%		
		24.998	100%	33.297.936	100%	46.327	100%	88.286.430	100%	41.088	100%	83.468.620	100%		
Volume diário de recebimento															
		Dezembro 2009				Dezembro 2010				Julho 2011					
		Qte tít		Valor R\$		Qte tít		Valor R\$		Qte tít		Valor R\$			
	Janeiro	42		45.895		92		165.042		198		380.246			
	Fevereiro	46		50.411		74		130.947		141		340.542			
	Março	58		64.973		129		211.358		212		373.189			
	Abril	55		60.369		103		171.614		192		383.167			
	Maio	78		73.420		105		206.200		219		421.459			
	Junho	84		97.270		115		211.818		198		502.212			
	Julho	70		104.021		125		238.351		210		381.473			
	Agosto	66		95.048		134		228.196		-		-			
	Setembro	77		121.086		204		307.390		-		-			
	Outubro	106		127.107		132		374.667		-		-			
	Novembro	70		127.361		155		327.849		-		-			
	Dezembro	83		142.971		177		369.449		-		-			
	Média	69		92.494		129		245.240		114		231.857			
Aging list															
da carteira de recebíveis		Dezembro 2009				Dezembro 2010				Julho 2011					
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%		
	à vencer	7.605	98%	9.053.296	98%	6.205	49%	3.562.513	23%	25.944	99%	29.423.868	96%		
	vencidos de 1 a 30 dias	120	2%	174.745	2%	2.122	17%	3.048.391	19%	207	1%	612.298	2%		
	vencidos de 31 a 60 dias	11	0%	16.804	0%	4.317	34%	8.740.232	56%	14	0%	83.622	0%		
	vencidos de 61 a 90 dias	1	0%	352	0%	146	1%	293.732	2%	18	0%	286.338	1%		
	vencidos de 91 a 120 dias	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	7	0%	74.236	0%		
	vencidos acima de 120 dias	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	1	0%	12.132	0%		
		7.737	100%	9.245.198	100%	12.790	100%	15.644.869	100%	26.191	100%	30.492.494	100%		
Prazo médio de da carteira															
		Dezembro 2009				Dezembro 2010				Julho 2011					
		Vlr médio tít		PMC		Vlr médio tít		PMC		Vlr médio tít		PMC			
	Prazo médio dos títulos em dias	1.327		57		1.906		54		2.031		61			
Histórico de Perdas e recuperações															
		Dezembro 2009				Dezembro 2010				Julho 2011					
		Valor				Valor				Valor					
	Perdas	98.076				344.876				-					
	Recuperações	-				7.759				-					

Estatísticas relativas à carteira do GOAL FIDC MULTISSETORIAL LP desde o início das atividades do Fundo

Distribuição do volume financeiro e quantidade														
Por faixa de valor		Dezembro 2011				Março 2012				Dezembro 2013				
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	
De	até													
acima de 50.000,01	5.000,01	5.000,00	1.296	78%	1.842.781	18%	1.072	73%	1.700.115	15%	-	0%	-	0%
	20.000,01	20.000,00	225	14%	2.276.534	22%	258	18%	2.341.839	21%	-	0%	-	0%
		50.000,00	107	6%	3.316.899	32%	106	7%	3.042.177	28%	-	0%	-	0%
			27	2%	2.787.399	27%	38	3%	3.934.940	36%	-	0%	-	0%
			1.655	100%	10.223.613	100%	1.474	100%	11.019.072	100%	-	0%	-	0%
Distribuição do volume financeiro e quantidade														
Por tipo de documento		Dezembro 2011				Março 2012				Dezembro 2013				
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	
Cheque Duplicata Outros			213	12,9%	609.095	6,0%	211	14,3%	303.919	2,8%	-	0,0%	-	0,0%
			1.442	87,1%	9.614.518	94,0%	1.263	85,7%	10.715.153	97,2%	-	0,0%	-	0,0%
			-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
			1.655	100%	10.223.613	100%	1.474	100%	11.019.072	100%	-	0%	-	0%
Distribuição do volume financeiro e quantidade														
Por setor de atividade		Dezembro 2011				Março 2012				Dezembro 2013				
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	
Indústria Comércio Serviços Outros			784	47,4%	5.806.196	56,8%	825	56,0%	6.768.805	61,4%	-	0,0%	-	0,0%
			871	52,6%	4.417.417	43,2%	649	44,0%	4.250.267	38,6%	-	0,0%	-	0,0%
			-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
			-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
			1.655	100%	10.223.613	100%	1.474	100%	11.019.072	100%	-	0%	-	0%
Distribuição dos volumes de liquidações														
		Dezembro 2011				Março 2012				Dezembro 2013				
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	
Janeiro Fevereiro Março Abril Maio Junho Julho Agosto Setembro Outubro Novembro Dezembro			-	-	-	-	388	26%	3.148.456	29%	-	0%	-	0%
			-	-	-	-	552	37%	4.052.099	37%	-	0%	-	0%
			-	-	-	-	534	36%	3.818.517	35%	-	0%	-	0%
			-	-	-	-	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			-	-	-	-	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			-	-	-	-	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			-	-	-	-	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			-	-	-	-	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			28	2%	393.238	4%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			172	10%	1.631.365	16%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			468	28%	2.001.909	20%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			669	40%	3.500.730	34%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			318	19%	2.696.370	26%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			1.655	100%	10.223.613	100%	1.474	100%	11.019.072	100%	-	0%	-	0%
Volume diário de recebimento														
		Dezembro 2011				Março 2012				Dezembro 2013				
		Qte tít		Valor R\$		Qte tít		Valor R\$		Qte tít		Valor R\$		
Janeiro Fevereiro Março Abril Maio Junho Julho Agosto Setembro Outubro Novembro Dezembro			-		-		13		104.949		-		-	
			-		-		18		135.070		-		-	
			-		-		18		127.284		-		-	
			-		-		-		-		-		-	
			-		-		-		-		-		-	
			-		-		-		-		-		-	
			-		-		-		-		-		-	
			1		13.108		-		-		-		-	
			6		54.379		-		-		-		-	
			16		66.730		-		-		-		-	
			22		116.691		-		-		-		-	
			11		89.879		-		-		-		-	
		Média	5		28.399		4		30.609		-		-	
	Aging list (comportamento)													
da carteira de recebíveis		Dezembro 2011				Março 2012				Dezembro 2013				
		Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	Qte tít	%	Valor R\$	%	
à vencer vencidos de 1 a 30 dias vencidos de 31 a 60 dias vencidos de 61 a 90 dias vencidos de 91 a 120 dias vencidos acima de 120 dias			646	100%	4.496.917	100%	654	99%	3.414.568	99%	-	0%	-	0%
			2	0%	5.520	0%	9	1%	28.421	1%	-	0%	-	0%
			-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
			648	100%	4.502.437	100%	663	100%	3.442.989	100%	-	0%	-	0%
Prazo médio de da carteira														
Prazo médio dos títulos em dias		Dezembro 2011				Março 2012				Dezembro 2013				
		Vlr médio tít		PMC		Vlr médio tít		PMC		Vlr médio tít		PMC		
			6.177		48		7.476		48		-		-	
Histórico de Perdas e recuperações														
		Dezembro 2011				Março 2012				Dezembro 2013				
		Valor				Valor				Valor				
Perdas			-		-		-		-		-		-	
Recuperações			-		0%		-		0%		-		0%	

6 – Sobre as cotas, a distribuição de resultados e os direitos dos cotistas

Características das cotas

As cotas do **FUNDO** são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome dos seus titulares, e são de classe sênior ou classe subordinada.

As cotas seniores terão uma única classe (não se admitindo subclasses). As cotas subordinadas poderão ter subclasses para efeito de amortização e resgate.

As cotas seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração. Cada série de cotas terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações.

É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do **FUNDO** a qualquer classe ou série de cotas.

A integralização, a amortização e o resgate de cotas do **FUNDO** podem ser efetuados por TED, DOC, débito e crédito em conta corrente ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em se tratando de cotas subordinadas, a integralização, a amortização e o resgate podem ser efetuados em direitos creditórios. Para as cotas seniores, não é admissível a integralização ou amortização em direitos creditórios, mas o resgate pode ser feito em direitos creditórios na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**.

Ocorrendo feriado de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora ou do Custodiante, a aplicação, efetivação de amortização ou de resgate será realizada no primeiro dia útil subsequente com base no valor da cota deste dia para aplicação e no valor da cota no dia útil imediatamente anterior para amortização e resgate. Da mesma forma, considerar-se-á feito o pedido de aplicação, amortização ou resgate no primeiro dia útil subsequente.

Emissão, colocação pública das cotas e cancelamento da distribuição

Na emissão de cotas do **FUNDO**, deve ser utilizado o valor da cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

No ato da subscrição das cotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela Administradora.

A integralização das cotas deverá ocorrer à vista, concomitantemente à sua subscrição. Os pedidos de subscrição de cotas serão aceitos mediante crédito em conta corrente do **FUNDO** no Banco Custodiante, ao qual ficam condicionados. Os pedidos de subscrição serão atendidos cronologicamente, até o limite máximo da emissão, podendo o último pedido ser atendido parcialmente, observado o limite mínimo de R\$ 25.000,00 por investidor. Nessa hipótese a Administradora devolverá ao último investidor atendido o valor depositado em excesso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após o crédito dos recursos, sem adição de juros ou correção monetária e deduzidos os tributos e encargos devidos.

Não haverá prioridade de alocação das cotas entre os investidores, prevalecendo a cronologia evidenciada pela numeração sequencial dos boletins de subscrição.

Até 1 (um) dia útil após a data da apresentação do boletim de subscrição pelo investidor e concomitante integralização das cotas, a Administradora do **FUNDO** confirmará a subscrição e entregará, a cada investidor que tiver subscrito e integralizado cotas seniores, o número de cotas correspondente à divisão entre o valor depositado e o valor da cota no dia da integralização.

A critério da Administradora, novas cotas do **FUNDO**, de qualquer classe, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pelas Instruções da CVM e pelo Regulamento do **FUNDO** e desde que haja a aprovação dos cotistas detentores da maioria absoluta das cotas subordinadas.

As cotas deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição. O saldo não colocado será cancelado antes do prazo mencionado acima. A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar esse prazo por outro período, no máximo igual ao prazo inicial. A partir da integralização do número mínimo de cotas, os recursos já poderão ser utilizados para a aquisição de recebíveis e demais ativos do Fundo, e o valor das próximas integralizações de quotas deverão ser feitas pelo valor da quota no dia da integralização, até o número máximo de quotas da distribuição.

Na hipótese de não haver a conclusão da Distribuição Pública, por qualquer motivo, os pedidos de subscrição serão automaticamente cancelados e os valores depositados serão devolvidos aos investidores, sem juros ou correção monetária e deduzidos os encargos devidos, até 3 (três) dias úteis contados da data do cancelamento da distribuição.

O **FUNDO** poderá realizar distribuição concomitante de classes e séries distintas de cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no anúncio de início de distribuição de cotas e no prospecto do **FUNDO**.

O preço de subscrição das cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

Na colocação pública de cotas do **FUNDO**, a distribuição será precedida de registro específico na CVM e de anúncio de início de distribuição contendo todas as informações exigidas na regulamentação expedida pela CVM.

A Administradora, única instituição responsável pela distribuição das cotas do **FUNDO**, elaborará plano de distribuição de cotas para cada oferta pública de cotas do **FUNDO**, que observará, para todas as séries de cotas que venham a ser emitidas, as regras de que tratam o Regulamento, em especial as seguintes regras:

I – para os fins do disposto no item 3.2.3 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, sem prejuízo do disposto no Regulamento do **FUNDO**, o cronograma das etapas da oferta de cotas do **FUNDO** observará as seguintes regras:

a) as datas de início e de encerramento de distribuição de cada oferta pública de cotas do **FUNDO** serão as seguintes:

i) Início da Distribuição: Na data da publicação do anúncio de início de distribuição de cotas.

ii) Encerramento da Distribuição: 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação do anúncio de início de distribuição de cotas.

b) haverá possibilidade de prorrogação da oferta de cotas do **FUNDO**, mediante solicitação à CVM na forma do disposto no Regulamento do **FUNDO** e permitido pela Instrução CVM nº 356;

c) haverá possibilidade, a critério da Administradora e atingido o patamar mínimo de 40 (quarenta) cotas seniores, de se dar por encerrado o período de distribuição de cotas desta (3ª (Terceira) Série da Classe Sênior do **FUNDO**;

d) os anúncios de início, de encerramento, ou de prorrogação de distribuição de cotas do **FUNDO** serão publicados no jornal Monitor Mercantil.

II – para os fins do disposto no item 3.2.5 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, não haverá destinação da oferta pública ou partes da oferta pública a investidores específicos.

III – para os fins do disposto no item 3.2.7 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora considerará adequado o investimento a todos os investidores qualificados, assim definidos pela legislação CVM e desde que tais investidores qualificados não encontrem vedação na própria legislação CVM para adquirirem cotas do **FUNDO**, que busquem rendimentos vinculados ao CDI, no médio e longo prazos, para seus investimentos, aceitando correr riscos, tais como os previstos para o **FUNDO**, na aplicação desses investimentos. Desta forma, os investidores que não se enquadrem na definição de investidores qualificados não poderão adquirir cotas do **FUNDO**.

IV – para os fins do disposto no item 3.2.9 do Anexo III da Instrução CVM nº 400/03, as ofertas de cotas do **FUNDO** aos investidores observarão as seguintes regras quanto às alterações das circunstâncias, revogação e modificação de sua emissão, observadas as disposições do Regulamento do **FUNDO**:

a) a Administradora poderá requerer que a CVM a autorize a modificar ou revogar as ofertas de cotas do **FUNDO**, caso ocorram alterações materiais e inesperadas, posteriores ao protocolo do pedido de registro de distribuição das cotas na CVM, nas circunstâncias inerentes às ofertas, das quais resulte aumento relevante nos riscos assumidos com a emissão de novas cotas do **FUNDO**;

b) a Administradora poderá modificar, a qualquer tempo, as ofertas das séries de cotas do **FUNDO**, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do Artigo 25 da Instrução CVM 400/03, ocasião em que, caso o requerimento de modificação nas condições da oferta das cotas do **FUNDO** seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da respectiva oferta das cotas do **FUNDO** poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de alteração;

c) se a oferta das séries de cotas do **FUNDO** for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes;

d) a revogação ou qualquer modificação na oferta de cotas do **FUNDO** será imediatamente divulgada mediante anúncio no jornal Monitor Mercantil (o “Anúncio de Revogação”, no caso de revogação, ou “Anúncio de Retificação”, no caso de modificação da oferta de cotas), veículo também usado para divulgação do Anúncio de Início de Distribuição, conforme disposto no Artigo 27 da Instrução CVM 400/03;

e) no caso de modificação da oferta de cotas do **FUNDO**, após a publicação do Anúncio de Retificação, a Administradora somente aceitará como investidores do **FUNDO** aqueles que se declararem cientes dos termos do referido Anúncio de Retificação, observado o disposto nas alíneas “f” e “g”, abaixo;

f) os investidores que tenham subscrito cotas do **FUNDO** serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação se, decorridos 5 (cinco) dias úteis de sua publicação, não manifestarem, expressamente, perante a Administradora, sua intenção de não mais permanecerem como cotistas do **FUNDO**, hipótese em que a Administradora poderá presumir, para todos os fins de direito: i) que os investidores pretendem manter-se como cotistas do **FUNDO**, e; ii) que os investidores declararam sua aceitação quanto aos termos do “Anúncio de Retificação”;

g) em qualquer hipótese, a revogação da oferta de cotas do **FUNDO** tornará ineficaz a própria oferta e seus respectivos atos de aceitação, anteriores ou posteriores, devendo a Administradora restituir integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às cotas do **FUNDO**, observado que, para os fins do disposto no Artigo 26 da Instrução CVM nº 400/03, a restituição desses valores aos investidores se dará sem qualquer acréscimo, e;

h) para os fins do Artigo 28 da Instrução CVM 400/03 e observado o disposto na parte final do referido Artigo, não será, em nenhuma hipótese, admitida a revogação da oferta de cotas do **FUNDO** por parte dos investidores.

V – para os fins do disposto no parágrafo 3º do Artigo 33 da Instrução CVM nº 400/03, a Administradora é responsável pela distribuição das cotas do **FUNDO** assegura aos investidores que:

a) o tratamento aos investidores será justo e equitativo, e;

b) os investidores serão informados pela Administradora: a) da adequação do investimento em cotas do **FUNDO** ao perfil dos investidores, na forma do inciso III, anterior, e b) dos fatores de risco a que o **FUNDO** está exposto, nos termos do Regulamento do **FUNDO**.

Após a distribuição inicial de cotas do **FUNDO**, as novas distribuições a serem realizadas deverão ser integralmente subscritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação do respectivo Anúncio de Início de Distribuição.

A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto acima por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Caso não seja efetivada a colocação de todas as cotas no prazo de distribuição, sem que se proceda ao cancelamento do saldo não colocado, a distribuição deverá ser cancelada.

Cada classe ou série de cotas do **FUNDO** destinada à colocação pública deve ser avaliada por empresa classificadora de risco em funcionamento no país.

Caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco de uma série ou classe de cotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico;

II - envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.

Amortização e resgate

As cotas seniores não poderão ser amortizadas em direitos creditórios. É possível o resgate de cotas seniores em direitos creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**.

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios.

A amortização das Cotas do Fundo poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses: I - impossibilidade de o Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento; II - o Patrimônio Líquido do Fundo se tornar igual à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e/ou III - em se tratando de Cotas Subordinadas, quando ocorrer a hipótese de Excesso de Cobertura prevista no Regulamento.

As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate, de todas as cotas seniores, exceto na hipótese na qual a Razão de Garantia seja superior a 150%, hipótese em que se considerará que há Excesso de Cobertura, podendo a Administradora realizar a amortização parcial das Cotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Cotistas, desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Liquidação.

A amortização deverá respeitar a relação entre cotas seniores e patrimônio líquido do **FUNDO** definida no Regulamento.

O resgate de cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do **FUNDO** ou de cada série ou classe de cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.

No resgate ou na amortização, será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo.

As cotas seniores do **FUNDO** objeto desta oferta somente poderão ser transferidas ou alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado em caso de negociação privada, e desde que os eventuais compradores atestem à Administradora do **FUNDO**, e escrituradora de suas cotas, sua condição de investidores qualificados; ou então nas hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial. Na transferência de titularidade das cotas fora de bolsa ou mercado de balcão organizado, o alienante deverá apresentar o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração sobre a inexistência de imposto devido.

Patrimônio Líquido do FUNDO

O patrimônio líquido do **FUNDO** corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo das cedentes e/ou de qualquer terceiro a qualquer título, entre outros: multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporadas ao Patrimônio Líquido.

O **FUNDO** deverá ter, no mínimo, o percentual de seu patrimônio correspondente a 30% (trinta por cento) representado por cotas subordinadas. Portanto, a Razão de Garantia (relação entre o valor do PL do Fundo e o valor das cotas seniores) Mínima do Fundo é 142,90%. Desde a data da primeira Emissão de Cotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo dia útil, se a Razão de Garantia é igual ou superior a 142,90%.

Caso a Razão de Garantia seja inferior à Razão de Garantia Mínima, a Administradora deverá comunicar aos titulares de Cotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia Mínima, mediante a emissão, subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas.

Caso os titulares das Cotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 15 (quinze) dias contados da comunicação prevista no parágrafo anterior, a Administradora convocará a Assembléia Geral para deliberação sobre Evento de Avaliação.

Metodologia de avaliação dos ativos

Para efeito da determinação do valor da carteira, serão observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor e no Regulamento do **FUNDO**.

As cotas do **FUNDO** terão seu valor calculado todo dia útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação.

Os seguintes critérios e metodologias serão observados pelo Custodiante na apuração do valor dos Direitos Creditórios e dos demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo:

- a) Os ativos adquiridos com a intenção mantê-los até o vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação".
- b) Os ativos não classificados como "títulos mantidos até o vencimento" serão marcados a mercado, conforme as disposições constantes no manual de precificação do Custodiante disponível no site da ANBIMA. O Custodiante compromete-se a manter a versão atualizada do manual de precificação à disposição do Gestor, do Administrador, dos Cotistas e de quaisquer interessados no site da ANBIMA.
- c) Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que não tenham mercado ativo terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos;

Todos os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" para efeito de avaliação, e serão avaliados conforme a metodologia exposta na alínea c) deste artigo.

Todos os demais ativos adquiridos pelo Fundo, ou seja, a parte do Patrimônio Líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios, serão classificados na categoria "títulos para negociação", e serão avaliados conforme a metodologia exposta na alínea b) deste artigo.

As cotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série.

Política de distribuição de resultados

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de cotas conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este item, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do **FUNDO**

será atribuída às cotas seniores. Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir a rentabilidade alvo definida para cada série de cotas seniores, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

Política relativa ao exercício de direito de voto: a assembleia de cotistas

Será de competência privativa da Assembleia Geral de cotistas:

- I – tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- II – alterar o regulamento do **FUNDO** (inclusive anexos);
- III – deliberar sobre a substituição da Administradora;
- IV – deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e
- V – deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**.

A Assembleia Geral de cotistas reunir-se-á uma vez por ano, no mínimo, para receber a prestação de contas. A convocação da Assembleia Geral de cotistas do **FUNDO** far-se-á, pela Administradora, por correio eletrônico preferencialmente, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou mediante anúncio publicado no periódico indicado no Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de cotistas pode reunir-se por convocação da Administradora ou de cotistas possuidores de cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do envio de correio eletrônico aos Cotistas. No aviso de convocação constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja feita juntamente com o anúncio, a carta ou o correio eletrônico de primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de Cotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Cotas Seniores e 51% (cinquenta e um por cento) das Cotas Subordinadas, e, em segunda convocação, com Cotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Cotas Subordinadas.

As deliberações relativas às matérias previstas no art. 32, incisos I, II, III, IV, V e VI, do Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes. As deliberações relativas

às matérias previstas no art. 32, inciso VI, do Regulamento, dependerão ainda da aprovação da maioria absoluta das Cotas Subordinadas emitidas. A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da totalidade das Cotas Subordinadas. Ressalvado o disposto neste parágrafo e observada regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Cotas presentes à Assembléia Geral.

A presidência da Assembléia Geral caberá ao maior Cotista presente, que poderá delegá-la à Administradora. Somente podem votar na Assembléia Geral os Cotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano. Não têm direito a voto na Assembléia Geral a Administradora e seus empregados. A cada cota corresponde 1 (um) voto.

As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão todos os Cotistas, independentemente do comparecimento do Cotista à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização. A divulgação referida no caput deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista ou, ainda, por meio de correio eletrônico.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Somente pode exercer as funções de Representante de cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos: I – ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas; II – não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; III – não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.

Eventos de Avaliação e Liquidação do FUNDO

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- a) O não atendimento da Razão de Garantia Mínima sem que tenha havido subscrição adicional de Cotas Subordinadas para o reenquadramento do Fundo dentro do prazo estabelecido, nos termos do Regulamento; e
- b) cessação pela Empresa de Análise Especializada, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços para o Fundo.

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista acima, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

O **FUNDO** será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** nas seguintes situações:

- I - Se o Fundo mantiver Patrimônio Líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em Direitos Creditórios.
- II – Em caso de impossibilidade do Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento.
- III – Se o Patrimônio Líquido do Fundo se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Cotas Seniores.
- IV - Cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da presta o dos serviços de administra o do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substitui o por outra institui o, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.
- V - Cessa o pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da presta o dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substitui o por outra institui o, nos termos do referido contrato.
- VI - Cessa o pela Empresa de Análise Especializada, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da presta o dos serviços objeto do Contrato de Presta o de Serviços de Análise Especializada, sem que tenha havido sua substitui o por outra institui o, nos termos do referido contrato.
- VII - Por delibera o de Assembléia Geral de Cotistas nas hipóteses previstas neste Regulamento de Eventos de Avalia o.

Na hipótese do inciso VII supra, se a decisão da Assembléia Geral for a de não liquida o do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das cotas seniores dos cotistas dissidentes que o solicitarem.

Na ocorrência de liquida o antecipada do **FUNDO**, as cotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto no Regulamento do **FUNDO**.

Na hipótese de liquida o do **FUNDO**, os titulares de cotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na propor o dos valores previstos para amortiza o ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquida o, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordina o entre os titulares de cotas seniores.

O auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstra o da moviment o do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstra es financeiras auditadas e a data da efetiva liquida o do **FUNDO**, manifestando-se sobre as moviment es ocorridas no período.

Após a partilha do ativo, a Administradora do fundo deverá promover o cancelamento do registro do **FUNDO**, mediante o encaminhamento   CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documenta o

- I – o termo de encerramento firmado pela Administradora em caso de pagamento integral aos cotistas, ou a ata da Assembléia Geral que tenha deliberado a liquida o do fundo, quando for o caso;
- II – a demonstra o de moviment o de patrimônio do fundo, acompanhada do parecer do auditor independente; e
- III – o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ.”

7 – Fatores de risco

Garantias e política de administração de risco (rebaixamento de rating e outros eventos)

As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora ou de qualquer outro prestador de serviço para o Fundo, tampouco do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e seus cotistas. Existe a possibilidade de perda parcial ou total da aplicação realizada ou até mesmo o risco de ter que fazer novos aportes para cobrir prejuízos e pagar despesas do **FUNDO**.

Fica esclarecido que não existe, por parte do **FUNDO**, da Administradora, da Gestora ou de qualquer prestador de serviço nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO** ou relativas à rentabilidade de suas cotas.

É um elemento de garantia das aplicações em cotas da classe sênior do **FUNDO** a existência de cotas subordinadas no percentual estipulado no Regulamento porque as cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas após a amortização ou resgate das cotas seniores, exceto na hipótese de antecipação da amortização de cotas subordinadas por excesso de cobertura.

Como política de administração de risco, com base no Regulamento do **FUNDO**, a Administradora adotará os seguintes procedimentos no caso da ocorrência dos eventos abaixo que possam influenciar a decisão do investidor de permanecer no **FUNDO** ou possam antecipar a amortização das cotas ou a liquidação do **FUNDO**.

<i>Eventos</i>	<i>Procedimentos que serão adotados</i>
a) Rebaixamento da classificação de risco de uma série ou classe de cotas do FUNDO .	I - comunicação a cada Cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico; II - envio a cada Cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.
b) Se o percentual de cotas subordinadas, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, ficar inferior ao mínimo de 30% (trinta por cento).	I - Caso a Razão de Garantia seja inferior à Razão de Garantia Mínima, a Administradora deverá comunicar aos titulares de Cotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia Mínima, mediante a emissão, subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas. II - Caso os titulares das Cotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos ou não enviem resposta à Administradora em 15 (quinze) dias contados da comunicação da Administradora prevista no item anterior, a Administradora convocará a Assembléia Geral para deliberação sobre Evento de Avaliação. III – A Assembléia poderá decidir pela Liquidação do FUNDO ou pela sua continuidade. IV – Caso a Assembléia decida pela continuidade do FUNDO, os cotistas seniores dissidentes que solicitarem terão o direito ao resgate antecipado de suas cotas.

c) I - se o Fundo mantiver Patrimônio Líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em Direitos Creditórios;

II – em caso de impossibilidade do Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;

III – se o Patrimônio Líquido do Fundo se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Cotas Seniores;

IV - cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;

V - cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e

VI - cessação pela Empresa de Análise Especializada, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Prestação de Serviços de Análise Especializada, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato.

VII - por deliberação de Assembléia Geral de Cotistas.

I – O **FUNDO** será liquidado antecipadamente.

Os principais riscos relacionados ao investimento em cotas deste **FUNDO** estão discriminados a seguir. Em nenhuma hipótese, a Administradora, Gestora ou os prestadores de serviços poderão ser responsabilizados caso ocorra qualquer um dos eventos abaixo que possa ocasionar uma diminuição da rentabilidade esperada ou prejuízo aos cotistas.

- I. **Risco de crédito.** Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas.
- II. **Risco de liquidez dos ativos.** Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortização aos Cotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

- III. **Risco de mercado e dos efeitos da política econômica do Governo Federal.** Consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas: monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.
- IV. **Risco de concentração.** A Administradora buscará diversificar a carteira do **FUNDO** e deverá observar os limites de concentração do **FUNDO** estabelecidos neste Regulamento. No entanto, a política de investimentos do **FUNDO** admite i) a aquisição/ou manutenção na carteira do **FUNDO** de concentração em títulos públicos e privados; e ii) a aquisição e/ou manutenção na carteira do **FUNDO** de Direitos de Crédito de apenas uma Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações.
- V. **Risco de descasamento.** Os Direitos Creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as Cotas Seniores tem determinado alvo de rentabilidade de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas.
- VI. **Risco da liquidez da Cota no mercado secundário ou de inexistência de mercado secundário.** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas Seniores, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de Cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor. No caso de distribuição de Cotas com esforços restritos (nos primeiros 90 dias), ou distribuídas em lote único e indivisível ou, ainda, subscritas por um único Cotista ou a grupo vinculado por interesse único e indissociável, é vedada a negociação das Cotas em mercado secundário.
- VII. **Risco de Originação e Risco do Originador.** Há o risco do originador, cedente de direitos créditos para o **FUNDO**, questionar os termos do contrato de cessão, não entregar a documentação que dá lastro aos Direitos Creditórios, praticar alguma espécie de fraude ou haver vícios na formação dos Direitos Creditórios por culpa ou dolo do Originador.
- VIII. **Risco de descontinuidade, por não originação de Recebíveis ou liquidação antecipada do Fundo:** A existência do **FUNDO** no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito. Conforme previsto neste Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do Fundo em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no Fundo com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pela Administradora, pela Gestora, pela Empresa de Análise Especializada, pelo Custodiante ou pelas Cedentes dos Direitos de Crédito qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- IX. **Risco de liquidação das Cotas do Fundo em Direitos Creditórios:** Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação do **FUNDO**, há previsão neste Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser pagas com Direitos de Crédito. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis.

- X. **Risco tributário:** Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o **FUNDO** a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.
- XI. **Risco de guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios:** Em conformidade com o contrato celebrado com o **FUNDO** e com o Custodiante, a Empresa de Análise Especializada será responsável pela guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios. A Empresa poderá ainda repassar tal responsabilidade para os originadores. A guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios pela Empresa de Análise Especializada pode representar uma limitação ao **FUNDO**, em termos de verificação da originação e formalização dos Direitos Creditórios. Nos termos deste Regulamento, o Custodiante realizará, diretamente ou através de terceiro por ele contratado, verificação periódica trimestralmente da documentação referente aos Direitos Creditórios. Uma vez que essa verificação é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios cujos documentos apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo **FUNDO**, das prerrogativas decorrentes da titularidade desses créditos.
- XII. **Riscos relacionados à Empresa de Análise Especializada:** Embora a Empresa de Análise Especializada declare que não se encontra em conflito de interesses no exercício de sua atividade, uma vez que o **FUNDO** poderá adquirir Direitos de Crédito de sua titularidade, existe o risco de haver tal conflito.
- XIII. **Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de Direitos Creditórios ao FUNDO:** Devido ao seu elevado custo, os termos de cessão de Direitos Creditórios não serão registrados em cartório de registro de títulos e documentos. Por isso, na eventualidade da cedente ter alienado a terceiros os mesmos créditos cedidos ao **FUNDO**, a propriedade dos títulos cedidos em duplicidade e a eficácia de sua transmissão poderão ser objeto de disputa.
- XIV. **Risco referente à verificação posterior pelo Custodiante dos Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios:** O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios, conforme procedimentos de verificação definidos neste Regulamento. Considerando-se que essa auditoria será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá prejudicar o pleno exercício, pelo **FUNDO**, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.
- XV. **Risco decorrente dos critérios adotados pelos originadores/Cedentes ou pela Empresa de Análise Especializada para concessão de crédito:** É o risco decorrente de falhas, falta de rigor ou liberalidade na concessão de crédito pelos originadores/Cedentes a seus clientes, já que é impossível controlar ou impor regras para concessão desses créditos em razão do grande número de originadores e também de devedores/sacados e também o risco relativo aos critérios de análise de crédito utilizados pela Empresa de Análise Especializada dos devedores e Cedentes no momento da aquisição dos Direitos Creditórios pelo **FUNDO**.
- XVI. **Risco de Questionamento da Validade e Eficácia da Cessão ou Risco dos Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações dos Cedentes:** Há o risco dos Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações dos Cedentes caso as cessões tenham ocorrido em fraude a credores ou em fraude à execução. Cabe à Empresa de Análise Especializada responsável pela análise e seleção dos Recebíveis minimizar tais riscos não indicando Recebíveis de Cedentes que estejam sendo acionados judicialmente por dívidas vencidas e não pagas ou cujos nomes constem em bancos de dados de devedores inadimplentes.

- XVII. **Risco de Conflito de Interesses:** Tal risco existe tendo em vista que, conforme previsto no Regulamento do **FUNDO**, a Gestora, respeitando o disposto no Regulamento, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do **FUNDO**, onde figurem como contraparte a Gestora, as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Gestora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou **FUNDOS** de investimento administrados pela Gestora ou pelas demais pessoas que prestam serviços para o **FUNDO**, ainda que todas as informações relativas a essas operações sejam objeto de registros analíticos segregados.
- XVIII. **Inexistência de garantia de rentabilidade:** O indicador de desempenho adotado pelo **FUNDO** para a rentabilidade de suas Cotas é apenas uma meta estabelecida pelo **FUNDO**, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do **FUNDO**, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento de Emissão de Cotas. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer **FUNDO** de investimento em Direitos Creditórios no mercado, ou ao próprio **FUNDO**, não representam garantia de rentabilidade futura.
- XIX. **Patrimônio Líquido Negativo.** Os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o Cotista. Além disso, as estratégias de investimento adotadas pelo **FUNDO** poderão fazer com que o **FUNDO** apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o **FUNDO** satisfaça suas obrigações.
- XX. **Risco decorrente da precificação dos ativos.** Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("*mark-to-market*"), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.
- XXI. **Risco de Pré-pagamento e renegociação dos Direitos de Crédito.** O pré-pagamento ocorre quando há o pagamento, total ou parcial, do valor do principal do Direito de Crédito, pelo Devedor, antes do prazo previamente estabelecido para tanto, bem como dos juros devidos até a data de pagamento. A renegociação é a alteração de determinadas condições do pagamento do Direito de Crédito, sem que isso gere a novação do empréstimo, a exemplo da alteração da taxa de juros e/ou da data de vencimento das parcelas devidas. O pré-pagamento e a renegociação de um Direito de Crédito adquirido pelo **FUNDO** podem implicar no recebimento de um valor inferior ao previamente previsto no momento de sua aquisição, em decorrência do desconto dos juros que seriam cobrados ao longo do período do seu pagamento, resultando na redução dos rendimentos a serem distribuídos aos Cotistas.
- XXII. **Risco de Governança.** Há o risco de que a integralização adicional de Cotas por outros e novos investidores possa alterar os termos e condições da operação, já que esses novos investidores podem querer fazer alterações no Regulamento, características e condições atuais da operação.
- XXIII. **Demais riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos Ativos Financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

8 – Regras de tributação para o investidor

O **FUNDO** é classificado como de longo prazo (LP).

Incide sobre as aplicações em cotas do **FUNDO** o Imposto de Renda, que será recolhido na fonte, com base nas alíquotas abaixo, conforme disposto na Lei 11.033 de 21/12/2004:

<i>Prazo de permanência da aplicação</i>	<i>Alíquota do IR (retido na fonte)</i>
Aplicações de até 6 meses	22,5%
Aplicações de 6 a 12 meses	20%
Aplicações de 12 a 24 meses	17,5%
Aplicações acima de 24 meses	15%

A alíquota incide sobre o ganho líquido da aplicação nas amortizações ou resgates.

No caso de alienação das cotas no mercado secundário, os ganhos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento), no caso de operação *day trade*, e de 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses. Nesses casos, o recolhimento do imposto é responsabilidade do cotista. A alienação das cotas no mercado secundário se sujeita à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre o valor da alienação, dispensada a retenção do imposto cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real).

9 – Política de divulgação de informações e sobre o atendimento ao cotista

Obtenção do regulamento, prospecto, demonstrações financeiras e demais documentos elaborados por força das disposições regulamentares

Todos os documentos relativos ao **FUNDO** podem ser obtidos com a Administradora.

Para o caso de aquisição de cotas no mercado secundário, o Regulamento e o Prospecto estarão disponíveis na rede mundial de computadores (Internet) ou serão fornecidos pela Administradora sempre que houver solicitação.

Demonstrações financeiras

O **FUNDO** tem escrituração contábil própria. O exercício social do **FUNDO** tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de julho de cada ano.

A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: I – de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; II – de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

O diretor ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo **FUNDO**, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais evidenciando:

- I - que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista em seu regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis;
- II - que as negociações foram realizadas a taxas de mercado;
- III – os procedimentos de verificação de lastro por amostragem adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso;
- IV – os resultados da verificação do lastro por amostragem ou não, realizada pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados;
- V – informações sobre a natureza dos Direitos Creditórios e dos instrumentos jurídicos representativos dos créditos, e sobre os mecanismos e procedimentos de cobrança caso tais informações tenham sofrido alterações ou aditamentos;
- VI – possíveis efeitos das alterações apontadas no inciso V sobre a rentabilidade da carteira;
- VII – em relação aos originadores que representem individualmente 10% (dez por cento) ou mais da carteira do Fundo no trimestre:
 - a) eventuais alterações nos critérios para a concessão de crédito adotados por tais originadores, caso os critérios adotados já tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais; e
 - b) critérios para a concessão de crédito adotados pelos originadores, caso tais critérios não tenham sido descritos no regulamento ou em outros demonstrativos trimestrais;
- VIII – eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos;
- IX – forma como se operou a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo:
 - a) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e
 - b) indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão;
- X – impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da carteira dos eventos de pré-pagamento;
- XI – análise do impacto dos eventos de pré-pagamento descrito no inciso X;
- XII – condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de Direitos Creditórios, incluindo:

- a) momento da alienação (antes ou depois do vencimento); e
 - b) motivação da alienação;
- XIII – impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos Creditórios realizadas:
- a) pelo cedente;
 - b) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo; ou
 - c) por pessoas a eles ligadas;
- XIV – análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no inciso XIII;
- XV – quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar a operação que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e
- XVI – informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

Os demonstrativos referidos neste artigo devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos condôminos do Fundo, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente. Para efeito do disposto neste parágrafo, deve ser considerado o calendário do ano civil.

Periódico destinado às publicações do FUNDO

Jornal Monitor Mercantil.

Divulgação de informações

A Administradora irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tais como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação dessas informações deve ser feita por meio de publicação no periódico Monitor Mercantil e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do **FUNDO**. A Administradora deve fazer as publicações aqui previstas sempre no mesmo periódico e, em caso de mudança, deve ser precedida de aviso aos cotistas. A publicação poderá ser dispensada caso todos os cotistas sejam devidamente comunicados por carta registrada.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao **FUNDO**, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:

- I – a alteração da classificação de risco das classes ou séries de cotas, bem como, quando houver, dos demais ativos integrantes da respectiva carteira;
- II – a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do **FUNDO**;
- III – a ocorrência de eventos subseqüentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do **FUNDO**, bem como o comportamento da carteira de direitos creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos;
- IV – a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas do **FUNDO**.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao **FUNDO**: I – alteração de regulamento; II – substituição da instituição Administradora; III – incorporação; IV – fusão; V – cisão; VI – liquidação; VII – a data da primeira integralização de cotas; VIII – a data do encerramento de cada distribuição de cotas.

A Administradora deve prestar à CVM, mensalmente, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão na rede mundial de computadores, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês; assim como deverá enviar anualmente à CVM, as informações exigidas pela Instrução 489 de 14/01/2011 e alterações posteriores se houver. Eventuais retificações devem ser comunicadas à CVM até o primeiro dia útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: I – o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; II – a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; III – o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do **FUNDO** não estarão em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto do **FUNDO** protocolado na CVM.

Toda informação, divulgada por qualquer meio, na qual seja incluída referência à rentabilidade do **FUNDO**, deve obrigatoriamente:

- I – mencionar a data de início de seu funcionamento;
- II – referir-se, no mínimo, ao período de 1 (um) mês-calendário, sendo vedada a divulgação de rentabilidade apurada em períodos inferiores;
- III – abranger, no mínimo, os últimos três anos ou período desde a sua constituição, se mais recente;
- IV – ser acompanhada do valor da média aritmética do seu Patrimônio Líquido apurado no último dia útil de cada mês, nos últimos três anos ou desde a sua constituição, se mais recente.
- V – deverá apresentar, em todo material de divulgação, o grau conferido pela empresa de classificação de risco à Série ou Classe de Cota, bem como a indicação de como obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

No caso de divulgação de informações sobre o **FUNDO** comparativamente a outros fundos, devem ser informados na mesma matéria as datas, os períodos, a fonte das informações utilizadas, os critérios adotados e tudo o mais que seja relevante para a adequada avaliação.

Sempre que o material de divulgação apresentar informações referentes à rentabilidade ocorrida em períodos anteriores deve ser incluída advertência, com destaque, que:

- I – a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros; e
- II – os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora ou pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A administradora deverá divulgar em sua página eletrônica na rede mundial de computadores quaisquer informações relativas ao **FUNDO** divulgadas para Cotistas ou terceiros.

O disposto no parágrafo anterior não se aplica a informações divulgadas a: (i) prestadores de serviços do Fundo, desde que tais informações sejam necessárias à execução de suas atividades; e (ii) órgãos reguladores e auto-reguladores, quando tais informações visem atender solicitações legais, regulamentares ou estatutárias.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Resumo da política de divulgação de informações *

<i>Periodicidade</i>	<i>Divulgação de informações ou documentos</i>	<i>Prazo</i>
Diariamente	- Ao mercado: informar os valores das cotas	17:00 hs. do dia útil imediatamente seguinte
Mensalmente	- Enviar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível no site da CVM, as informações, que constam na página do site, relativas à carteira do FUNDO conforme Instrução CVM número 489 de 14/01/2011.	Até 15 dias após o encerramento do mês
	- Colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: I – o número de cotas de propriedade de cada um e os respectivo valor; II – a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; III – o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado.	Até 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês.
Trimestralmente	- Enviar à CVM e disponibilizar aos cotistas: Demonstrativo do diretor responsável evidenciando a observância da política de investimento prevista no Regulamento, com as informações previstas no Regulamento, Prospecto e Instrução da CVM	Até 45 dias após o encerramento do trimestre
Anualmente	- A qualquer interessado e à CVM: Demonstrações financeiras do exercício social	Até 60 dias após o encerramento de cada exercício
	- Enviar aos cotistas: documentos necessários para declaração do IR	I - no caso de cotista pessoa física, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano-calendário subsequente II - no caso de cotista pessoa jurídica, até o último dia útil do segundo decêndio subsequente a cada trimestre do ano-calendário
Após ocorrência	a - A todo o mercado: Atos ou fatos relevantes	Imediatamente
	- Protocolar na CVM os documentos relativos aos seguintes atos: I – alteração de regulamento; II – substituição da instituição Administradora; III – incorporação; IV – fusão; V – cisão; VI – liquidação.	Até 10 dias a partir do ato
	- Informar aos cotistas: Decisões da Assembléia de cotistas	Até 30 dias a partir da Assembléia

- Todas as informações e documentos públicos estarão disponíveis a qualquer interessado.

Atendimento ao cotista

A Administradora coloca à disposição do cotista um serviço de atendimento responsável pelo esclarecimento de dúvidas, recebimento de sugestões e reclamações por meio dos números: Telefone: (11)3299.2346, Fax: (11)3299.2197 ou pelo e-mail: estruturacao.fundos@socopa.com.br, aos cuidados de Ana Paula Duarte, Gerente, Depto. De Clubes e Fundos de Investimento.

10 - Glossário / Definições

Para uma perfeita compreensão e interpretação dos termos e informações contidas no Regulamento ou neste Prospecto serão adotadas as seguintes definições:

Administradora	Instituição financeira responsável pela administração do Fundo com as responsabilidades que lhe são atribuídas no Regulamento e na Instrução 356 da CVM.
Amortização	Amortização parcial das Cotas Seniores ou Subordinadas promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva Série ou Classe de Cotas.
Assembléia Geral	Assembléia Geral de Cotistas, ordinária e extraordinária
Ativos Financeiros	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros distintos dos Direitos Creditórios que compõem o Patrimônio do Fundo.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Cedentes	Todas as pessoas físicas ou jurídicas que cedem os Direitos de Crédito para o Fundo nos termos dos respectivos Contratos que regulam as Cessões de Crédito.
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação.
Conta de Arrecadação	Qualquer conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Empresa de Análise Especializada que será utilizada para o recebimento dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito.
Conta do Fundo	Conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo no Custodiante ou em outra instituição financeira que será utilizada para todas as movimentações de recursos, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo.
Contrato que Regula as Cessões De Direitos Creditórios	Cada um dos contratos que regulam as cessões de Direitos Creditórios celebrados entre o Fundo e qualquer Cedente.
Contrato de Prestação de Serviços de Análise e Seleção de Direitos Creditórios ou Contrato de Prestação de Serviços de Análise Especializada	Contrato firmado pelo Fundo com a Empresa de Análise Especializada para análise e seleção dos Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo.
Contrato de Custódia	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios firmado entre o Custodiante e a Administradora em nome do Fundo.

Contrato de Serviço de Auditoria Independente	Proposta/Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria para o Fundo aceita pela Administradora.
Cotas	São as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas.
Cotas Seniores	São as Cotas de Classe Sênior emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.
Cotas Subordinadas	São as Cotas Subordinadas emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições ou sempre que necessário para manter o nível de subordinação. Tais Cotas subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de Amortização e Resgate.
Cotistas	São os titulares das Cotas.
Crítérios de Elegibilidade	Crítérios estipulados neste Regulamento que devem ser observados na aquisição dos Direitos Creditórios.
Custodiante	Instituição financeira responsável pela custódia dos Direitos Creditórios e demais ativos que compõem o patrimônio do Fundo.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Datas de Amortização	Datas das Amortizações previstas em cada Suplemento de emissão de Cotas Seniores, ou Subordinadas quando for o caso.
Data de Aquisição e Pagamento	Data de pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios.
Data de Emissão de Cotas	Data em que os recursos das integralizações de cada série de Cotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Cotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil.
Data de Resgate	Data em que se dará o resgate integral de cada série de Cotas Seniores indicada no Suplemento da respectiva série.
Direitos Creditórios ou Direitos de Crédito ou Recebíveis	São todos os Direitos de Crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas neste Regulamento.
Diretor Designado	Diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela administração, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo
Disponibilidades	Todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo.
Documentos Comprobatórios	Todos os documentos que comprovam a efetiva origem de cada Direito Creditório que, portanto, lastreiam cada operação, como, por exemplo: títulos de crédito, contratos, comprovantes de entrega de mercadoria, comprovantes de prestação de serviços dentre outros documentos.
Documentos da Operação	Todos documentos relativos às operações do Fundo e seus eventuais aditamentos: Contratos que Regulam as Cessões, Termos de Cessão entre outros.
Encargos do Fundo	Todas as despesas que o Fundo pode ter, elencadas neste Regulamento e conforme a Instrução 356 da CVM.

Empresa de Auditoria Independente	É a empresa responsável por auditar as contas do Fundo e suas demonstrações financeiras.
Empresa de Análise Especializada	Empresa contratada para fazer a análise e seleção dos Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo.
Eventos de Avaliação	Eventos elencados no Regulamento que obrigam a Administradora a convocar uma Assembléia Geral que decidirá se o evento constitui ou não motivo para liquidação antecipada do Fundo.
Eventos de Liquidação	Eventos elencados no Regulamento que podem provocar a liquidação antecipada do Fundo.
Excesso de Cobertura	Situação na qual o valor das Cotas Subordinadas supera o valor de subordinação requerido no Regulamento (Razão de Garantia Mínima).
Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento.
Instrução CVM 356:	Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações posteriores a essa
Instrução CVM 409	Instrução nº 409 da CVM, de 18 de agosto de 2004, devidamente alterada pela instrução CVM 450, de 30 de março de 2007.
Investidor Qualificado	Investidores autorizados nos termos do art. 105 da Instrução CVM 409 a investir em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
Obrigações do Fundo	Obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Cotas.
Patrimônio Líquido	Significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma estabelecida no Regulamento.
Preço de Aquisição	É o valor efetivamente pago pelos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo estabelecido no respectivo Termo de Cessão.
Plano Contábil	É o Plano Contábil aplicável ao Fundo.
Política de Cobrança	Política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos Creditórios conforme previsto neste Regulamento.
Razão de Garantia	relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Cotas Seniores do Fundo.
Razão de Garantia Mínima	Produto da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo valor das Cotas Seniores e tem seu valor mínimo estabelecido no Regulamento do Fundo.
Resolução CMN 2.907	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Suplemento	Aditivo ao Regulamento do Fundo com informações sobre cada nova distribuição primária de Cotas.
Termo de Cessão	Documentos pelos quais o Fundo adquire os Direitos Creditórios das Cedentes que estão discriminados no Termo de Cessão com base no Contrato que Regula as Cessões firmado entre as Partes.

Termo de Adesão
ao Regulamento

Documento por meio do qual o Cotista adere ao Regulamento e declara, dentre outras coisas, ter conhecimento dos riscos do investimento, que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo.

11 – Sumário dos principais contratos

Contrato que Regula as Cessões de Direitos Creditórios para o FIDC

Por meio do Contrato que Regula as Cessões de Direitos Creditórios para o FIDC, os Cedentes formalmente comprometem-se a ceder para o FIDC Direitos Creditórios que atendam às Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações asseguradas aos Cedentes, em razão da transferência de titularidade.

Contrato de Consultoria Especializada para Análise e Seleção de Direitos Creditórios e prestação de serviços de recepção, guarda e manutenção de direitos creditórios

Com esse contrato, a Consultora prestará o serviço de análise e seleção dos recebíveis que serão adquiridos pelo FIDC.

Por esse contrato também, a Consultora, sem prejuízo das responsabilidades do Custodiante, foi contratada para atuar como fiel depositária da documentação comprobatória dos Direitos Creditórios.

Contrato de prestação de serviço de classificação de risco de cotas

Por intermédio desse contrato, a Agência de Classificação de Risco foi contratada pelo FIDC para realizar a classificação de risco das classes e séries de cotas que forem ofertadas, comprometendo-se a emitir relatórios atualizados trimestralmente sobre o risco.

Contrato de prestação de serviços de auditoria independente

Com esse contrato, o Auditor Independente foi contratado para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do FIDC.

Contrato de prestação de serviços de custódia

Por esse contrato, o Custodiante foi contratado para prestar os serviços de custódia dos direitos creditórios e ativos financeiros do FIDC, incluindo os serviços constantes no artigo 38 da Instrução CVM 356.

Anexo I – Regulamento do Fundo e seus anexos

Anexo II – Relatório da agência de classificação de risco da série de cotas ofertadas